

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de março de 2021. Sessão realizada por meio virtual.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES**

À hora marcada, 10 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um bom dia a todos os colegas. Essa é a triste realidade que nós estamos atravessando, mas nós continuamos a fazer o nosso papel.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

(Lê): *“Projeto de Lei nº 24.104/2021, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências.”*

Existe sobre a mesa um requerimento:

(Lê): *“Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,*

*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

*O Projeto de Lei nº 24.104/2021, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências.*

*Sala das Sessões, 18 de março de 2021.*

*Rosemberg Lula Pinto - Líder da Maioria.”*

Srs. Deputados, não está na pauta, mas nós temos aqui também um PDL de 5 municípios da Bahia. E, se houvesse a concordância do líder Sandro Régis e do líder Rosemberg Pinto, nós colocaríamos para votação, que são aqueles de calamidade pública. Então, durante a sessão, com a concordância dos líderes, nós colocaremos em votação.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos, deputado Hilton Coelho.

O deputado Hilton não se encontra.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, bom dia. Tudo bom? Bom dia, caros colegas, bom dia a todos os parlamentares que fazem parte desta sessão.

Sr. Presidente, antes da minha indicação, quando V. Ex.<sup>a</sup> estava lendo o requerimento para uma sessão extraordinária após esta sessão, eu fiz uma questão de ordem.

Pelo Regimento, esse requerimento tem de ter 21 assinaturas dos senhores parlamentares, não é? Então, como da forma virtual não há essas assinaturas, eu gostaria que o senhor botasse em votação esse requerimento. Tendo os 21 votos a favor, o requerimento é aprovado. Não tendo os 21 votos a favor, o requerimento não será aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis: Eu estou aqui me baseando no Regimento. Então, antes da minha indicação, eu gostaria de uma verificação de quorum para aprovação do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Com os deputados presentes aqui, eu vou pedir a aprovação ou não.

Deputado Alex Lima. Deputado Alex Lima.

Eu vou passando para a frente. Os deputados que, por acaso, saíram e não estavam esperando essa questão de ordem abram os microfones.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, também, apenas para registrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, como fui eu que pedi a questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup> computa meu nome; agora os deputados (...)

O Sr. Alex Lima: Alex Lima presente, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis: (...) não precisa chamar nenhum.

O Sr. Carlos Ubaldino: Presente o deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não entendi, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Não precisa chamar os deputados da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou chamar os deputados da base...

O Sr. Fabrício Falcão: Deixa o presidente chamar, gente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aquele que não concordar se manifesta. Vou chamar os que estão aparecendo aqui como presentes.

(Há tumulto em Plenário.)

O Sr. Alex Lima: Presente, deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida: Presente deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Três.

Deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quatro.

Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Cinco.

Eduardo Alencar. (Pausa)

Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Euclides Fernandes presente, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os deputados que estiverem presentes se manifestem. Estou pulando.

O Sr. Eduardo Salles: Eduardo Salles presente, presidente.

O Sr. Roberto Carlos: Roberto Carlos presente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, Roberto.

Eduardo Alencar. (Pausa) Ainda não presente.

Fabíola... vejo aqui na tela.

O Sr. Eduardo Salles: Eduardo Salles o senhor passou, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já chamei, Eduardo, já consta a sua presença. Falta Eduardo Alencar.

Fabíola presente. Fabrício Falcão aqui na tela.

O Sr. Fabrício Falcão: Presente, e quero usar da fala na próxima sessão, presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, presente, sim! Meu microfone estava desativado.

O Sr. PRESIDENTE: Fátima Nunes Lula.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes Lula: Presente, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ivana Bastos aqui na tela.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jacó.

O Sr. Hilton Coelho: Registra a minha presença, Sr. Presidente.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Hilton pediu...

Jusmari Oliveira.

A Sr.<sup>a</sup> Jusmari Oliveira: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., Hilton, aqui é outra lista. Vou deixar V. Ex.<sup>a</sup> por último, para você entender. Daqui a pouco V. Ex.<sup>a</sup> poderia não querer dar a presença. Aqui é em termos da prorrogação da sessão, caso necessário, do requerimento que exige 21 assinaturas e foi solicitado pelo líder Sandro Régis. V. Ex.<sup>a</sup> se junta, deputado Hilton? (Pausa) Não está me ouvindo.

Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente, Sr. Presidente, concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Maria del Carmen.

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: Presente, Sr. Presidente, concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marcelinho Veiga.

O Sr. Marcelo Veiga: Presente, Sr. Presidente. Concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mirela Macedo.

A Sr.<sup>a</sup> Mirela Macedo: Presente, presidente. Concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Neusa Cadore.

A Sr.<sup>a</sup> Neusa Lula Cadore: Presente, Sr. Presidente. Concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Olivia Santana. (Pausa)

Osni Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Presente, Sr. Presidente. Concordo com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Olívia, presente.

Osni Cardoso.

O Sr. Marquinho Viana: Marquinho Viana, estou aqui, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma! Marquinho Viana aí, Manuela.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Concordo com a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Osni, presente, concorda com...

O Sr. Diego Coronel: Deputado Diego Coronel, Adolfo, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, deputado Sandro, já passou de 23 nomes.

O Sr. Sandro Régis: O.k., pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.?

O Sr. Sandro Régis: Não, senhor.

O Sr. Marquinho Viana: Presidente, vou ficar fora do ar uns 40 minutos, porque vou para Barra da Estiva, 40 minutinhos fora.

O Sr. Nelson Leal: Presidente Adolfo. Presidente Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Nelson.

O Sr. Nelson Leal: Registrar a minha presença e concordar com a prorrogação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

Deputado Sandro, acho que é desnecessário, já que temos o número necessário.

O Sr. Sandro Régis: Pronto! Pronto!

Na segunda fase da minha questão de ordem, eu quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>... Desligue o microfone aí, deputado Adolfo por favor, porque fica complicado falar com V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estou lhe ouvindo.

O Sr. Sandro Régis: Na segunda questão de ordem, eu quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que concordo em nós votarmos os projetos de calamidade dos seis municípios dos quais V. Ex.<sup>a</sup> já citou os PDLs.

O Sr. Sandro Régis: E para indicar no tempo partidário agora do... Qual o tempo agora partidário que V. Ex.<sup>a</sup> disse que é para eu indicar?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É o PP.

O Sr. Sandro Régis: Qual partido?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): PSDB/Republicanos pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará, Sr. Presidente, por todo o tempo, o vice-líder da Oposição, esse deputado competente, combativo, o nosso amigo Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marquinho Viana: Presidente, eu vou ficar fora aí 40 minutinhos, viu? Estou na estrada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquinhos, me poupe desses detalhes, Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: Para depois não me dar falta aí.

(Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Alô?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode falar, Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** O.k.!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Marquinho Viana, pode fazer a sua viagem, porque o seu voto não faz falta para a aprovação desse projeto. Não pela importância, mas porque sabemos que o governo tem deputados de sobra para fazer a aprovação desse projeto.

Mas eu quero, neste momento de recrudescimento da pandemia em todo o Brasil, aqui falar de um companheiro nosso que luta bravamente pela vida. Ele foi detectado com o coronavírus no início do mês de dezembro, do ano passado. No período do Natal precisou ser transferido para São Paulo em busca de uma melhor estrutura, de hospital com equipamentos mais modernos. Mas o nosso querido Herzem Gusmão continua na luta pela vida. Um sofrimento para a população de Vitória da Conquista, para os familiares, para todos nós que temos um carinho todo especial por esse grande companheiro, esse combatente líder no Sudoeste da Bahia.

Aqui vai a torcida, e sei que falo por todos da Bancada da Oposição, que estão em oração, estão rezando, estão elevando seus pensamentos aos céus para que esse companheiro se restabeleça. O estado de saúde é muito delicado, e eu sei muito bem o que é essa aflição de ter um familiar vítima da Covid, uma vítima fatal, então sei o que deve estar passando agora os familiares, amigos e correligionários do querido amigo Herzem Gusmão, colega radialista.

Mas o assunto hoje aqui, entre outros, é essa aprovação desse projeto de R\$ 1,5 bilhão para o governo da Bahia. Eu não quero ser repetitivo, mas quero repetir esse assunto nesta sessão, e vou falar à exaustão. É a minha consciência que manda e que determina que eu fale que um projeto desse, dessa importância, estejamos a votar numa sessão virtual. Não quero dizer que ela não tenha valor jurídico, que não tenha a sua importância, mas, meus amigos, colegas deputados e deputadas, trata-se de R\$ 1,5 bilhão! Assim como nós tivemos sessão presencial para elegermos a Mesa Diretora da Casa – e não poderia ser de outra forma, senão numa sessão presencial –, que nós pudéssemos também ter uma sessão presencial para votar um projeto como esse.

E por que eu defendo que deveria ser numa sessão presencial? Porque esse projeto pode aguardar mais um mês, dois meses, três meses em debates nas comissões,

em audiência pública, para que a Bahia inteira saiba como o governo vai aplicar essa fortuna.

Você que está aí na ponta, você lá do Oeste da Bahia, você da Região Norte do estado, da Região Sul, do Extremo Sul, Centro-Oeste, eu quero saber o seguinte: desses R\$ 1,5 bilhão, o que vai chegar de benefício para você? Onde a população baiana será contemplada? E é necessário que os deputados que fazem parte da Base do Governo e que tenham... (interferência na conexão) (...) político em diversas regiões pudessem conversar com a população e solicitar se estão aprovando esse empréstimo.

O que a gente observa é como a manada, a gente observa assim, como o boi vai para o matadouro, todo mundo tem que ir, independente de fazer ou não um questionamento. A bancada é governista, mas não deveria ser a “bancada do amém”, a bancada quase do silêncio. Eu não vou dizer que é a “bancada do silêncio”, porque vez por outra um deputado fala alguma coisa no momento em que o calo aperta, no momento em que a sua base é invadida por esse ou por aquele protegido do governo, do senador Jaques Wagner ou do governador Rui Costa, então aí um grita. Mas, fora isso, é a bancada que tem sido a “bancada do amém”.

Então, R\$ 1,5 bilhão não deveria ser aprovado numa sessão remota, numa sessão virtual. Doa a quem doer, eu vou continuar falando. Mas participo desta sessão. Esse debate foi travado na Mesa Diretora, e a maioria venceu. Eu entendo que quando a maioria vence, nós temos que aceitar o resultado. Agora, aceitar o resultado não quer dizer que nós não tenhamos uma opinião divergente, uma opinião contrária.

Eu quero aqui prestar as minhas homenagens ao prefeito de Feira de Santana, Colbert Filho, que ontem fez um belíssimo pronunciamento, falando desses acordos que o governador Rui Costa faz e não cumpre. Eu quero rememorar no tempo para fazer o encadeamento do pensamento e para que os colegas entendam aonde nós pretendemos chegar.

Paulo Souto era governador da Bahia até 2006. Naquele último ano de governo, ele deu início à uma importante obra para a nossa cidade de Feira de Santana, uma obra cantada, medida, desejada: a construção do centro de convenções. E tocou a obra. Eis que o resultado foi a eleição de Jaques Wagner. Primeira medida de Jaques Wagner em relação à Feira de Santana: barrar a construção do centro de convenções. De lá para cá, a sociedade feirense se levanta, clama pelo seu centro de convenções. Hoje está lá o esqueleto, o cimento armado, muito mato, um verdadeiro pasto! De tanto Feira de Santana clamar por esse centro de convenções, o governador, que inaugurou o Centro de Convenções de Itabuna, ficou assim numa situação desconfortável...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Já? O tempo está passando certo mesmo ou...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo está passando muito rápido. Nós já estamos chegando em abril! (Risos) Já vai fazer 2 meses que eu estou na Presidência, deputado!

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Tem hora que a gente nem percebe. Eu estou contextualizando e eu vou pedir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu estou querendo atrasar o relógio, mas eu não estou conseguindo. (Risos)

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Vou pedir ao líder Sandro Régis...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Geilson, 2 minutos para concluir.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Vou rapidinho.

Então, o governador Rui Costa, de tanto ser cobrado desde que construiu e inaugurou o Centro de Convenções de Itabuna, se comprometeu com o prefeito Colbert Filho de repassar o dinheiro para a conclusão do centro de convenções, e ele ser doado ao município de Feira de Santana para fazer a gestão. Mas, com 16 anos da obra, que foi iniciada, paralisada, precisava fazer uma nova planta, readequar, fazer novos ajustes nessa planta. A Prefeitura de Feira fez, sim, esse investimento, esperando que o governo fizesse a sua parte, conforme foi combinado. E até hoje isso não foi feito, o prefeito diz, entre outras palavras, o que é mais claro no jargão popular, é que tomou “um a zero” do governador, tomou um “roque dentão”, um “baratino”, esse centro de convenções de Feira de Santana.

Eu duvido que tenha um político de Feira de Santana, mesmo que seja governista, que não concorde, que não defenda a construção desse centro de convenções. Parabéns ao prefeito Colbert, que gritou, que esperneou e que cobrou do governo do estado o acordo que foi feito. Ninguém é obrigado a fazer acordo; mas, se fizer, cumpra! Ninguém é obrigado a dar a palavra; mas, se der a palavra, que cumpra! E o governador Rui Costa não cumpriu a sua palavra com Feira de Santana, notadamente, no quesito centro de convenções. Se o governo não quer...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** (...) entregue logo para Feira de Santana. E vamos, com os nossos recursos, poucos recursos, providenciar a conclusão do nosso centro de convenções.

Obrigado, Sr. Presidente. Voltarei em outra oportunidade ainda nesta sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar orador do PSD pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Deputado Sandro, um minuto. Gostaria também de parabenizar o deputado Aderbal, que está aqui na tela, por mais um ano de vida. Que Deus o proteja e lhe dê muita saúde neste período difícil, e mais uns 30 anos aí, se Deus quiser, pela frente. Tudo de bom, Aderbal.

Com a palavra o deputado Sandro.



O Sr. Sandro Régis: Você não pode desejar que ele faça mais filho, não é, presidente? Porque senão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aí ele já encerrou.

O Sr. Sandro Régis: Porque senão... não tem como.

Aderbal, querido...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Essa parte já foi.

O Sr. Sandro Régis: Aderbal, querido amigo, meus parabéns, muitas felicidades, falo aqui em nome de toda a nossa Bancada de Oposição, que Deus te ilumine e que, neste momento, ele possa lhe conceder muita saúde, é o que todos nós precisamos.

Sr. Presidente...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Muito obrigado a você, ao nosso presidente e a todos os colegas. Um abraço, felicidades e paz.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 10 minutos.

São 10h24min, Soldado Prisco. (Pausa)

Soldado Prisco, nos ouve? Abra o microfone.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Estou ouvindo agora, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode iniciar, são 10h24min.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Sr. Presidente, bom dia a todos, bom dia a esta Casa. Vamos, mais uma vez, votar um projeto que é um tiro no escuro. Não é o primeiro empréstimo desse governo, salvo engano, já é o quarto ou o quinto, até o sexto...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está fechado, Ernâni? Não. Feche o meu.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** (...) esse empréstimo que o governo está...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Soldado Prisco, V. Ex.<sup>a</sup> está com problema de internet. Cortou a sua fala. (Pausa)

Esperando o deputado Soldado Prisco para conseguir retornar. (Pausa)

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Liberaram meu som agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Estou com problema aqui na internet.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Pronto! Muito obrigado, presidente.

Então, presidente, estamos, mais uma vez, dando um tiro no escuro sem saber realmente onde vai ser aplicado esse recurso. A Bahia vive momentos de grande tristeza para todos nós. E, infelizmente, não vemos uma luz no túnel, só vemos o governo pedir

recursos, pedir empréstimos, e não sabemos onde esse dinheiro será aplicado em nossa Bahia.

Com muita tristeza, a gente vê isso nesta Casa. E vem a Casa, mais uma vez, votando todos os projetos do Executivo sem avaliar, sem discutir, sem debater ainda mais desta forma, da forma virtual, como está sendo. Fui voto vencido na Mesa Diretora, V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso, respeito a decisão da Mesa, mas, pelo menos, deveria ser uma votação híbrida, como está acontecendo em todo o Brasil. Nenhuma assembleia legislativa no Brasil está como a da Bahia. E olhe que tem estados em situação muito pior do que a nossa. Mas, infelizmente, nós estamos aceitando essa situação de votar de forma virtual. O prejudicado nisso tudo é a população da Bahia, que não tem um debate apropriado em relação a todos os projetos que são votados nesta Casa.

Vejo o governo pegar milhões, bilhões de empréstimos; e as emendas impositivas? Porque é lei! Não estamos pedindo nada ao governo. Não estamos com a cuia pedindo nada ao governo. O governo é obrigado a pagar. E esta Casa, simplesmente, é desrespeitada. Vejo deputados se humilhando para o governo do estado querer pagar as emendas impositivas. Esta Casa deveria estar cobrando, deveria se respeitar e impor ao governo, que deveria pagar as emendas impositivas, colocando bem claro que as emendas impositivas são para o povo da Bahia, são para todos os baianos. O prejudicado com isso é o povo da Bahia, quando o governo não paga as emendas por picuinhas políticas, por não respeitar esta Casa, por não obedecer às leis feitas na Bahia.

Então, é um governo que, realmente, não tem moral para cobrar nada em níveis legais, porque ele não faz aquilo que é legal. Triste é ver esta Casa, que deveria se respeitar e infelizmente não se respeita. Deveria impor, sim, o pagamento, o cumprimento de uma lei, lei que foi aprovada e sancionada nesta Casa. Então, isso me deixa muito triste.

E vem agora 1,5 bilhão, que vai ser investido em quê? Os deputados não têm direito de colocar as suas emendas para todo o interior da Bahia, para todas as cidades da Bahia? Isso é um verdadeiro absurdo, presidente. Quero saber até quando?

V. Ex.<sup>a</sup> chegou agora à Presidência. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> consiga que o governo pague as emendas impositivas desta Casa. Assisti a uma entrevista de V. Ex.<sup>a</sup> recente, quando V. Ex.<sup>a</sup> falou que iria cobrar. Espero que não fique só na cobrança. Espero, realmente, que a Casa tome alguma posição nesse sentido.

Presidente, quero alertar esta Casa para o que vem acontecendo com os policiais militares, policiais civis, bombeiros, policiais penais. A Covid tem afetado toda a população. Só que essas categorias são essenciais, são categorias que não param.

Vimos, ontem, um relato de um policial civil internado, de Covid, em estado grave. Na delegacia em que ele trabalha, praticamente todos foram infectados. A delegacia está praticamente parada. A gente vem alertando para essa situação, e o governo vem tratando com desdém.

Nós temos o soldado Rafael, que está vegetando numa cama há 9 meses. E o estado para cuidar dos seus?

(...) ele teve que entrar com uma liminar, que ainda não foi cumprida pelo Planserv, a família ainda continua lá clamando para salvar a vida de Rafael. Eu não consigo entender tanta maldade no coração de um governador do estado em tratar uma categoria desse jeito, uma categoria que está na linha de frente, que está aí se debatendo e combatendo a criminalidade, combatendo a Covid. Tudo o que está acontecendo no estado é graças à Polícia Militar, e não temos condição nenhuma, nenhuma nesse combate.

Hoje ganhamos uma liminar para que o estado pague – olhem o absurdo, pasmem os senhores! – ganhamos a liminar forçando o estado da Bahia a pagar equipamento de proteção individual. Enquanto o governo critica o governo federal, aqui ele não faz o dever de casa, que é pagar máscaras, álcool e desinfetar as viaturas, as delegacias e os quartéis. E isso o governo não faz. Isso que é um absurdo! Isso é hipocrisia! Quando você vai para a mídia e fala uma coisa, e aqueles que estão aqui na linha de frente não têm o seu direito, o direito básico, que é o direito à proteção. Já que não tem a vacina, que deveria ter para essa categoria, não tem sequer o equipamento de proteção individual.

Nós ganhamos a liminar. Precisamos entrar na Justiça para garantir o mínimo, para que essa categoria vá trabalhar e ofereça segurança à população. Isso é um absurdo! Isso a Bahia vê com tristeza, muita hipocrisia, muita demagogia e muita maldade desse governador com os servidores públicos. Mas nós não vamos desistir dessa luta. Entramos na Justiça, ganhamos, agora vamos cobrar o cumprimento dessa liminar.

É dessa forma que o governo está tratando aqueles que estão dedicando a sua vida ao povo da Bahia. Então, as lágrimas que ele mostrou na imprensa não nos convencem, porque o mínimo para o combate e para o respeito a essa categoria o governo não tem feito: não tem dado máscara, não tem dado álcool, não tem cuidado dos nossos policiais.

Essa é minha fala, presidente, com muita tristeza eu venho aqui a esta Casa, hoje, declarar e cobrar que este governo da maldade, que tanto criticou o passado, hoje vem tratando os servidores públicos dessa forma.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Antes de passar a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSB/AVANTE/PL pelo tempo de 10 minutos, gostaria de dizer, deputado Soldado Prisco, que este presidente concorda, pelo menos em parte, com o que V. Ex.<sup>a</sup> fala. Não se justifica que os policiais militares não estejam como prioridade para tomar a vacina. Este é o pensamento deste presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, a meu ver, tem toda razão, são homens e mulheres que estão o dia inteiro arriscando a vida nas ruas, em contato com diversas pessoas e não estão como prioridade na vacinação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSB/AVANTE para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria e do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, o deputado Fabrício se manifestou e gostaria de usar uma parte do tempo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu fiz uma combinação com todos os líderes, aí eu vou falar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Falará aquele que é conhecido como o príncipe da região sisaleira, meu amigo pessoal, deputado Tom Araújo, falará por 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Com a palavra o príncipe do sisal, deputado Tom Araújo. (Pausa)

Deputado Tom está entrando no ar agora. (Pausa) Pois não, deputado Tom. Deputado Tom, abriu o microfone?

**O Sr. TOM ARAUJO:** Olá, bom dia, presidente, bom dia aos demais deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 10h34min. Pois não, deputado Tom.

**O Sr. TOM ARAUJO:** Muito bom dia a todos. É um prazer falar com cada um dos colegas num momento tão difícil para cada um de nós, muitas famílias sofridas no nosso Brasil e sem muita perspectiva, o que nos deixa ainda mais tristes. E eu tenho certeza de que esse sentimentalismo tem que ser acometido, realmente, a todas as pessoas e a todos os políticos.

Eu, assim como todos, venho acompanhando, nós já perdemos, praticamente, 300 mil brasileiros, e isso é uma coisa que nos preocupa demais.

Eu quero, inicialmente, também saudar o líder da Oposição, deputado Sandro Régis, assim como os colegas da Oposição e também os deputados da Situação, do Governo.

O que nos deixa extremamente tristes é perceber que, mais uma vez, o governo vem com uma solicitação de empréstimo. Mas seria muito fácil se o governo dissesse

a que se destina esse recurso. Seria um recurso para comprar vacina, para amenizar o sofrimento das pessoas?

Nós votamos favoravelmente em todos os projetos que por aqui passaram, mas o que é muito triste é isso já ser corriqueiro. A gente percebe o governo fazer uma manobra, porque, na verdade, é uma manobra, uma manobra que nós não entendemos, até mesmo porque não existe nenhum tipo de esclarecimento. Simplesmente, é um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, e o governo vai pegar esse dinheiro e agir da forma como lhe for conveniente.

Eu fico, muitas vezes, me perguntando até que ponto vai o comprometimento público, o espírito público de alguém que está à frente de um governo, que eu não quero aqui criticar. Eu acho que o governador tem sofrido, assim como o prefeito de Salvador e os demais prefeitos que se sentem pressionados diante de uma pandemia e de uma situação que, muitas vezes, recai no ombro daqueles que estão no Executivo, daqueles que têm por obrigação fazer.

Eu já estou na Casa há algum tempo, e esses empréstimos costumam acontecer um ano antes da eleição. Não é o momento de pensar em eleição e de fazer esse tipo de investimento. Eu acho que o investimento da infraestrutura é extremamente importante. Não é um investimento secundário, sempre foi primário. Sempre achamos que é primordial.

Eu fui prefeito, sou de uma família política que já atuou no Executivo muitas vezes, mas tudo é uma questão de prioridade.

Então, se o governo dissesse que a prioridade seria tomar o empréstimo, qualquer valor que fosse, mas especificando para onde iria cada coisa e fosse destinado ao momento mais difícil em que vivemos, eu tenho plena convicção de que a orientação do nosso líder e o consenso da Oposição seria votar favoravelmente, mas não é isso que nós vemos.

No passado, nós já votamos aqui, por diversas vezes, nós que eu digo é a Assembleia Legislativa. Cheguei a dizer em vários momentos que muitos deputados votam a favor do governo por uma questão de ser governista e de votar porque têm que votar, senão o governador puxa a orelha. Eu não quero entrar nesse mérito, mas dizer que a responsabilidade é de cada um de nós. O nosso mandato e o mandato de cada um que aqui está é um mandato eletivo, e as pessoas que votaram em cada um de nós confiam plenamente na nossa forma de atuação na Assembleia ou na atividade política.

Eu queria saber, inclusive alguém pode até nos responder - está aí o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto - com relação à pandemia e com essa relação que ele mantém com o nosso líder da Oposição, que tem sido uma relação muito amistosa, eu gostaria, antes de colocar em votação, que ele ponderasse e nos explicasse de forma muito clara, de que forma esse recurso pode ser utilizado ou se será utilizada alguma parte dele para amenizar o sofrimento dessas pessoas.

Tem muita gente com fome, tem muita gente que não sabe o que fazer. Outro dia, quando eu passava próximo à Calçada, vi quatro ou cinco pais de família com sacolas de água mineral na mão ou com cheirinho para vender para colocar no carro. Você vê que são pessoas que sempre tiveram uma atividade laboral de excelência, ou seja,

trabalharam de alguma forma, em alguma empresa, com carteira assinada, estabilidade, mas hoje não têm. Eu acho que esse recurso poderia ajudar muito o governo do estado a amenizar o sofrimento dessas pessoas.

Essa questão das vacinas, o governo do estado anuncia a compra de algumas vacinas, mas nunca é suficiente. Então, por que não assumir isso como prioridade e arcar com o ônus futuro de dizer: “Olhe, eu não tenho recurso para fazer eleição”? Porque a eleição é no próximo ano. Se discute uma eleição no debate, e não no dinheiro. E o que a gente está vendo aqui na Assembleia é essa tentativa deslavada de fazer com que os deputados do Governo votem de maneira irresponsável, porque é uma irresponsabilidade você simplesmente transferir um recurso sem que o governador diga para que serve esse recurso. É para infraestrutura; que infraestrutura? Será que não é coerente o governo, o líder do Governo, se pronunciar e dizer que tipo de investimento vai ser feito?

Pode ter certeza, e aqui eu alerto, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, que tem desempenhado um papel importante aqui nesta Casa, nesse momento de pandemia essas sessões virtuais acontecem com um esforço muito grande, porém não existe aquele calor humano de forma a sensibilizar os deputados que fazem cobrança a V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> que responde por esses deputados de Governo. Então, eu quero dizer que vou acompanhar a orientação do meu líder deputado Sandro Régis, mas que ainda estamos a esperar um comunicado e uma satisfação por parte do líder.

Eu peço aqui, deputado Rosemberg, que V. Ex.<sup>a</sup> dê atenção a esse apelo, porque não é um apelo de um deputado de Oposição e não é um apelo de uma bancada de oposição. É um apelo de um deputado e dos demais que estão querendo saber o que nós podemos fazer, de forma assim muito direta, ao Poder Executivo, que tem o poder de realizar, o que será feito? Faz um balanço, diz: “Olha, a gente está fazendo aqui, nós estamos comprando vacina, o investimento do governo está sendo tanto e tal, mas mesmo assim não está dando, não é suficiente.” Há países que já têm vacina comprada para a revacina no ano que vem.

Então, a gente ficar esperando a boa vontade do governo federal, achar que o governo federal vai fazer, que tem condição de fazer... não tem, mas não tem mesmo. Eu, por exemplo, tenho defendido que o Brasil poderia abrir a compra para a iniciativa privada, porque aí se diminui a responsabilidade do governo, porque, por exemplo, se o empresário tem 50, 60 funcionários, e quer manter a sua empresa funcionando bem, eu tenho certeza e convicção de que esse empresário vai bancar, e vai fazer com que o governo utilize o recurso para vacinar aqueles que mais precisam. Então, isso é questão de muita coerência.

Ah, não tem a vacina, tem a vacina... Tem que haver algum tipo de saída para que a gente enfrente essa crise e saia, pelo menos, menos lesados do que nós já estamos.

Eu tenho aqui feito, Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. TOM ARAUJO:** Só para concluir, presidente. Não sei o tempo que ainda resta, mas, só para concluir, eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> é um deputado extremamente tolerante.

Eu vou refazer aqui um pedido ao deputado Rosemberg: esses R\$ 1,5 bilhão

serão utilizados para quê? Que parte desse recurso será utilizado para amenizar o sofrimento da vida dessas famílias que estão passando extrema necessidade, famílias que moram de 8 a 10, 12 pessoas na mesma residência e estão sendo reinfectedas.

A gente percebe, por uma questão plural, que as pessoas não ficam nas suas casas, nem muitas vezes utilizam máscaras, mas podem, de alguma forma... e a única forma que existe é a vacinação, é você fazer a vacinação em massa. O *lockdown* e o fechamento a gente já percebe que não é a saída primordial e principal, porque as pessoas não têm a cultura de ficar em casa.

Nós não vivemos na Europa, nós não vivemos em países civilizados a ponto de fazer com que as pessoas fiquem nas suas casas. Então, que o governo faça a sua parte, assuma a responsabilidade, ao tempo em que nós não temos essa condição de agir como os países desenvolvidos.

Então, aqui está um apelo, principalmente ao governador e ao deputado Rosemberg Pinto, que eu acho que tem obrigação, como líder do Governo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Tom.

**O Sr. TOM ARAUJO:** Para concluir, presidente.

(...) de fazer, aqui, um esclarecimento sobre se, de alguma forma, podem ser utilizados esses recursos para amenizar o sofrimento das pessoas e adquirir tanto vacinas como também infraestrutura para aqueles que estão trabalhando e combatendo a nossa tão desastrosa pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. E muito obrigado aos demais deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não há orador inscrito. Eu prometo aos deputados que, no encaminhamento, darei todas as explicações que foram solicitadas pelo deputado Tom.

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Conforme combinado com o líder Sandro Régis e o líder Rosemberg, na Ordem do Dia vou colocar em votação o PDL nº 2.933/2021, da Mesa Diretora, que renova o reconhecimento, por esta Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Os municípios são: Castro Alves, Central, Itabuna, Jaborandi, Remanso e Ubaíra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, esclarecendo que não estou tomando o lugar de Vitor Bonfim, que tinha essa característica de relatar esses projetos. É apenas porque, como eu estou presente, aqui, na Assembleia, então, facilitou, tem facilitado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 2.933/2021, renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa da Bahia, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos citados pelo presidente, que são: Castro Alves, por indicação do deputado Niltinho; Central, por indicação da deputada Fabíola Mansur; Itabuna, pela indicação de diversos deputados aqui, inclusive o deputado Rosemberg Pinto; Jaborandi, pelo deputado Dal; Remanso, pelo deputado Niltinho; e Ubaíra, pelo deputado Alex da Piatã, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

(Lê) *“A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

*Decreta:*

*Art. 1º - Fica renovado, até o dia 30 de junho de 2021, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos integrantes da relação constante do Anexo deste Decreto, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

*Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação a cada Município, a partir da data do encaminhamento...”*

Quero fazer uma ressalva: o encaminhamento como é de renovação, é do projeto originário, ou seja, desde o ano passado.

*“(...) à Assembleia, do respectivo ofício para reconhecimento do estado de calamidade pública”.*

Cumpre, portanto, o Poder Legislativo, mais uma vez, o seu dever de prestar apoio aos municípios baianos e à população do Estado da Bahia.

Esse projeto demonstra toda a sua constitucionalidade. Pela aprovação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.



Em Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa)

Aprovado o PDL nº 2.933/2021, da Mesa Diretora.

**Projeto de Decreto Legislativo nº 2.933/2021 – (Publicado no DOEL de 20/3/2021)**

**ANEXO ÚNICO DO PDL Nº 2.933/2021**

**MUNICÍPIOS COM PRAZO DE RECONHECIMENTO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RENOVADO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021**

MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO (OFÍCIO DO PREFEITO)	ENCAMINHADO ATRAVÉS DO DEPUTADO(A)/MESA
CASTRO ALVES	OF. AL Nº 2.889/2021	NILTINHO
CENTRAL	OF. AL Nº 2.891/2021	FABÍOLA MANSUR
ITABUNA	OF. AL Nº 2.894/2021	MESA DIRETORA
JABORANDI	OF. AL Nº 2.893/2021	DAL
REMANSO	OF. AL Nº 2.890/2021	NILTINHO
SÃO MIGUEL DAS MATAS	OF. AL Nº 2.895/2021	DAL
UBAÍRA	OF. AL Nº 2.892/2021	ALEX DA PIATÃ

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos ao Projeto de Lei nº 24.104/2021, do empréstimo do Poder Executivo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Capitão Alden pediu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Capitão Alden contrário ao projeto de estado de calamidade pública dos municípios.

Pois não. Registre aí o voto contrário do deputado Capitão Alden.

Srs. Deputados, em votação o Projeto de Lei nº 24.104/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com a garantia da União e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Marcelino Galo.

**O Sr. MARCELINO GALO LULA:** Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, líder da Minoria, deputado Sandro Régis, cumprimentar a todos e seguir ao parecer do relator Marcelino Galo.

(Lê) “*PARECER*”

*Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei no 24.104/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências.*

*Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, para apreciação pela Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, através do qual pretende o Poder Executivo obter desta Casa a necessária autorização para contratar operação de crédito interno.*

*Obtida a autorização legislativa o Governo do Estado poderá contratar, junto ao Banco do Brasil S.A, até o montante de R\$1.500.000.000,00, com a garantia da União, recursos que serão destinados à “viabilização de investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental, compondo o chamado PROINFRA III”, conforme registra a Mensagem Governamental.*

*O empréstimo virá fazer face às necessidades de investimentos em infraestrutura, em um momento em que se verifica considerável queda na arrecadação estadual, cabendo registrar que os gastos do Estado com a COVID-19 somaram R\$1,85 bilhão apenas em 2020, segundo informe do Secretário da Fazenda ao site G1. Deste total, “R\$ 1,5 bilhão foi referente a montagem de leitos, equipes de profissionais e medicamentos” enquanto os outros R\$350 milhões “foram gastos com cestas básicas para estudantes e centro de acolhimento.”*

*Ainda de acordo com o G1, o Secretário da Fazenda explica que os grandes valores gastos estão ocorrendo durante um período em que a arrecadação pública diminuiu, e não há previsão de quando irá melhorar, já que não se tem certeza “de quando essa segunda onda vai passar, até porque o processo de vacinação está acontecendo muito aquém do desejado”.*

*Registre-se, também, que em reunião virtual realizada entre diversos parlamentares desta Casa, incluídos os Líderes das Bancadas da Maioria e da Minoria, o Titular da SEFAZ ressaltou a necessidade dos recursos para a continuidade dos investimentos, já que importantes obras de infraestrutura e mobilidade urbana encontram-se em andamento, a exemplo da ponte Salvador-Itaparica, do VLT do Subúrbio, dos novos ramais do Metrô e da nova Rodoviária de Salvador, dentre outras.*

*Trata-se, portanto, de uma proposição de grande relevância para o Estado da Bahia, que poderá dar continuidade a esses importantes projetos de investimento necessários ao seu desenvolvimento.*

*A proposição não recebeu emendas. No entanto, venho apresentar, como Relator, a seguinte emenda:*

*Emenda de Relator:*

*Altere-se o art. 6º e acrescente-se os arts. 7º e 8º ao Projeto de Lei no 24.104/2021, na forma seguinte:*

*“Art. 6º - O parágrafo único do art. 1º da Lei no 13.549, de 23 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 1º -.....*

*Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada no caput deste artigo destinam-se ao fortalecimento de programas estruturantes, relativos aos esforços para o desenvolvimento da infraestrutura física, social e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público de acordo com as ações previstas no Plano Plurianual para o Estado da Bahia.’*  
(NR)

*Art. 7º - O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.551, de 23 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*‘Art. 1º - .....*

*Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada no caput deste artigo destinam-se ao financiamento dos investimentos previstos no Projeto do Sistema Viário Integrado do Estado da Bahia.’ (NR)*

*Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.’*

*Justificativa: A presente emenda vem alterar o art. 6º e acrescentar os arts. 7º e 8º ao Projeto de Lei nº 24.104/2021, com objetivo de ratificar disposições acerca da gestão dos recursos estaduais.*

*Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao seu mérito, opino pela aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.*

*É o parecer, s.m.j.*

*Sala das Sessões, 18 de março de 2021.”*

Então, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, combater à Covid-19 significa também restaurar a nossa economia. Temos de vacinar todo o nosso povo e criar as condições de investimento, principalmente em infraestrutura, para gerar empregos de qualidade para a nossa economia.

E aqui parabeno o Poder Executivo, na pessoa do governador Rui Costa, que é um dos melhores condutores no enfrentamento à Covid-19, neste país. E que agora toma as medidas necessárias, no momento correto, no sentido de fazer a necessária criação de empregos para o enfrentamento e para o futuro deste estado.

Então, esse é o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Marcelino Galo.  
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram...

Deputado Sandro Régis. Pois não, deputado Sandro, calma. Não está aberto ainda, deputado Sandro. Não o ouço ainda.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente! Me escuta, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora sim.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, como eu tenho 5 minutos para formalizar a minha questão de ordem, usarei os 5 minutos para desenvolver a linha do meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Tivemos muito cuidado, Sr. Presidente, de escutar diversos parlamentares de minha bancada, que foram muito claros. Que a Oposição não está sendo contra por ser contra, porque nós temos a legitimidade de fazer esse discurso,

visto que já votamos nesta Casa, virtualmente, diversos projetos, muitas vezes projetos que o próprio Governo teve dificuldade de votar, e a Oposição, com sua consciência de que estamos no Parlamento para defender a Bahia e os baianos, fizemos o voto “sim”.

Tenho muita admiração pelo deputado Marcelino Galo, apesar de Marcelino Galo e eu sermos politicamente de correntes diferentes, não é? Mas o deputado Marcelino Galo – eu sempre digo – é um lorde dentro do Plenário. Muito educado, um cara que sabe escutar bem as pessoas, que vem do mesmo caminho do deputado Paulo Rangel e do líder Rosemberg. Mas no relatório lido pelo relator, o deputado Marcelino Galo, ninguém aqui pode saber o que se fará com esse dinheiro.

Foi super abstrata – ou abstrato, me perdoem – a forma como o deputado Marcelino Galo tratou esse assunto. Esse dinheiro vai para infraestrutura. Que infraestrutura? Vejo aqui o meu deputado e amigo Robinho, na tela. Eu quero perguntar a Robinho se ele sabe se esse dinheiro vai para o Extremo Sul. Perguntar a Antonio Henrique se esse dinheiro vai para o Oeste. Perguntar ao nosso professor Zé Raimundo, uma das cabeças mais brilhantes do Parlamento, se esse dinheiro vai para o Sudoeste.

Porque o papel, deputado Robinho, aceita tudo. A coisa mais fácil do mundo é você botar no papel porque o papel aceita tudo. Para onde vai o dinheiro? É muito fácil dizer que o dinheiro vai para a infraestrutura, vai para não sei aonde, para não sei aonde. Mas, objetivamente, especificamente, quais são as obras de infraestrutura desse dinheiro?

Qual será a estrada que será corrigida e feita por esse dinheiro, minha nobre amiga, deputada Fabíola Mansur? Será que esse dinheiro vai para Cachoeira, onde V. Ex.<sup>a</sup> manda e desmanda com quase 6 mil votos? V. Ex.<sup>a</sup> não tem essa certeza. Se o prefeito vir agora essa votação e te ligar: “Deputada, quanto é que Cachoeira vai ter desse R\$ 1,5 bilhão?” V. Ex.<sup>a</sup> vai enrolar, vai enrolar, vai enrolar e não vai dizer nada, porque nem V. Ex.<sup>a</sup> sabe no que está votando.

Isso é muito perigoso. Nós temos de ter um limite de ser Governo e Oposição e essa linha tênue começa e termina na sua responsabilidade sobre o seu mandato. E esta Casa, hoje, se furta de ser responsável com os baianos e as baianas. No afã de atender ao governador Rui Costa, deram mais um cheque em branco.

E o deputado Tom, que é um deputado muito econômico, aprendeu uma coisa muito importante, sobre ter dois ouvidos e uma boca. Tom só fala quando ele tem a certeza do que está falando. O deputado Tom foi muito feliz quando disse que esse não é o primeiro empréstimo e os empréstimos sempre vêm anteriores à eleição. Cada cabeça de parlamentar é um mundo.

Aqui, eu vejo o deputado Eduardo Salles, meu amigo, irmão. Um deputado, hoje, que, junto com o deputado Tiago Correia, faz um trabalho excepcional na Frente Parlamentar do Comércio. Aí, o deputado Eduardo Salles e o deputado Tiago Correia vão fazer uma reunião com a Associação Comercial, na qual os dois dividem os votos em 50% para cada um dos empresários – o voto e outras ajudas – e vão perguntar: “Deputado Eduardo, deputado Tiago Correia, desses R\$ 1,5 bilhão vem alguma forma de ajuda para nós que estamos fechados?” Vocês não sabem dizer, porque vocês não

conhecem o que vocês estão votando. Vocês estão abrindo mão do que o povo lhes concedeu, que é o seu mandato parlamentar, para agradar o governador.

Então, Sr. Presidente, para fundamentar a minha questão de ordem, primeiro – V. Ex.<sup>a</sup> já foi comunicado por Manuela –, teremos vários deputados da Oposição que querem discutir o projeto, até para ver se sensibilizam o coração do nobre líder Rosemberg Pinto, e nos traz...

(Interferência na conexão.)

(...) que a Oposição deseja e que os baianos necessitam.

A minha questão de ordem, neste momento, Sr. Presidente, é uma verificação de quorum no âmbito das comissões, e que essa verificação, Sr. Presidente, seja nominal. E gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, Manuela ou quem estiver com V. Ex.<sup>a</sup> na atividade presencial fizesse com calma, para a gente saber realmente quem está presente e quem não está presente nas comissões, porque, deputado Adolfo Menezes, lamento dizer, a sua gestão se inicia com duas marcas muito negativas.

Primeiro, a questão da pandemia, que foge à vontade de V. Ex.<sup>a</sup>, porque eu sei que, se V. Ex.<sup>a</sup> pudesse resolver, venderia até suas esmeraldas para comprar vacina para dar ao povo de Campo Formoso e de toda região. E segundo, por V. Ex.<sup>a</sup>, como presidente, liderar esse processo de, num momento de pandemia, a Assembleia dar um cheque em branco de R\$ 1,5 bilhão, nobre vice-presidente Paulo Rangel, um dos grandes amigos que eu fiz na Casa, a Assembleia mancha e abre mão da prerrogativa de seus parlamentares.

Infelizmente, presidente Adolfo, tenho de registrar isso como seu amigo, fora a política, mas começamos muito mal votando esse projeto de R\$ 1,5 bilhão, sem que sequer o relator saiba, de forma específica e pontual, como será gasto esse dinheiro. Mas, como já vi muitos parlamentares dizerem que maioria aprova e minoria esperneia, paciência. Vamos ver, no próximo ano, quem terá razão, se é a minoria na ALBA ou a maioria do povo baiano.

Então, Sr. Presidente, é esta a minha questão de ordem. Lamento dizer que o governo te impõe esse carimbo muito ruim para o democrático que V. Ex.<sup>a</sup> é. Pois sou testemunha de quantas ligações V. Ex.<sup>a</sup> atende da vereadora Zefinha, de Campo Formoso.

Um forte abraço.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, líder deputado Sandro. São os ossos do ofício. Infelizmente, pelas estatísticas, pelo presidente que nós temos, não na Assembleia, mas no Brasil, com certeza, este ano ainda vai ser perdido. Uma tristeza admitir isso, pelo nível de vacinação que estamos vendo em nosso país. Então, esta Casa não pode parar. Compreendo as suas argumentações...

O Sr. Sandro Régis: Mas eu não quero parar, não. Eu queria que não votasse o projeto, que votássemos outros projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São projetos, esse de R\$ 1,5 bilhão e, como vão chegar projetos, nos próximos dias, de milhões, nos quais o governador da Bahia vai conceder bolsa às famílias que estão passando necessidade.

Antes de verificar o quorum nas comissões, concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto que solicitou.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A minha questão de ordem, Sr. Presidente, vai no sentido de respeitar a solicitação de verificação de quorum no âmbito das comissões. Os encaminhamentos serão feitos no momento do Plenário, uma vez que estamos em caráter de urgência. Mas quero responder, aproveitando esses 5 minutos para evitar ter de falar lá na frente, e dizer o seguinte: o deputado Marcelino leu um relatório – e quero parabenizá-lo pelo relatório, deputado Marcelino – que explicita a área de investimentos.

E quero dizer, querido amigo Sandro, que o meu coração está extremamente sensível, aliás, sempre esteve. Nunca, nesta Casa, numa situação idêntica, veio o secretário de finanças para se reunir com todos os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição para explicar diretamente os investimentos, onde serão investidos os valores e a situação real do estado da Bahia em relação às suas contas.

Olha, não é por falta de informação que os deputados se posicionam de um lado ou de outro. Deputado Tum, não sei se V. Ex.<sup>a</sup> participou daquela reunião com o secretário Manoel Vitória, mas ficaram claramente especificadas as áreas de investimento. Em nenhum plenário, seja do Congresso Nacional ou de qualquer assembleia legislativa, os valores são colocados ponto a ponto, porque não é assim que funciona nas casas legislativas nem deve ser, para que você não crie amarras. Senão o estado não tem capacidade de dialogar com o agente financeiro.

O plano de trabalho é apresentado ao agente financeiro com o detalhamento dos valores investidos em cada local. No momento em que a gente aprova isso, às vezes, cria dificuldade de fazer remanejamento, porque vira lei, para garantir que o agente financeiro possa efetivar a autorização do empréstimo que nós estamos fazendo.

Então, não é assim na Câmara de Vereadores de Salvador, não é assim na Assembleia Legislativa do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, de São Paulo ou do Rio Grande do Sul. Porque todo pedido de empréstimo diz onde será feito o investimento. E, às vezes, tem locais em que sequer vai isso. Aqui, nós escrevemos dentro do próprio projeto que é para a área de investimento de mobilidade urbana, de infraestrutura e trouxemos o secretário de finanças para fazer a apresentação. Além do mais, só não aconteceu uma reunião com o secretário de Infraestrutura para detalhar melhor aos deputados essa aplicabilidade, uma vez que chegamos à conclusão de que viria para a área de urgência, ponto debatido na sessão passada.

Então, queridos Sandro e Tom, eu aqui quero dizer o seguinte: ficou bem explicitado que quem faz isso é o estado na relação com o agente financiador, que detalha valores e locais. Agora, para dar tranquilidade a Tom: Tom, o governo já está investindo na saúde além da capacidade que regula os investimentos na área de saúde. Nós estamos fazendo mais. Sabe por quê? Porque não vamos esperar o empréstimo.

Nós estamos tirando dinheiro de outros locais, da área da infraestrutura, por exemplo. São investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões, que não vão suprir com R\$ 1,5 bilhão na área da saúde para conter a pandemia. Da mesma maneira que o prefeito Bruno Reis falou, na reunião em que também estivemos com todos os deputados, que

já investiu mais de R\$ 800 milhões acima do que estava previsto no seu orçamento, entre os anos de 2020 e 2021, é o caso do nosso governo. E por isso não podemos deixar as obras paralisadas.

Este empréstimo é para suprir aquilo que nós redirecionamos para a pandemia, para que possamos garantir que a população baiana não passe pelos constrangimentos que está passando sob a batuta do presidente da República. Então, querido presidente, queridos deputados do Governo e da Oposição, é fundamental esse empréstimo, porque senão nós teremos as obras paralisadas.

São obras importantes na cidade de Salvador, obras importantes na cidade de Vitória da Conquista, obras importantes na cidade de Itabuna, em Caetité, ou seja, eu estou citando, colocando que não são obras dirigidas a municípios da correlação de forças do governo do estado, mas, independentemente de coloração partidária, para que possamos, efetivamente, garantir a equidade e o investimento para suprir esse redirecionamento que foi feito para conter a pandemia.

Por isso, Sr. Presidente, concordo, sem dúvida alguma, porque é regimental, com a questão de ordem solicitada pelo nosso querido Sandro Régis. Marque os 15 minutos regimentais para que a gente possa fazer a votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Sandro e o deputado Rosemberg serão atendidos.

Em votação, no âmbito das comissões.

Como foi solicitada a verificação de quorum, vou somar aqui. Vou iniciar pela Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, abram os seus microfones.

Deputado Paulo Câmara.

Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Presente, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides Fernandes. O deputado Euclides está com o microfone fechado. Microfone fechado, Euclides. Deputado Euclides, V. Ex.<sup>a</sup> está com o microfone fechado. Está na tela, mas está com o microfone fechado. Vou chamar outro deputado enquanto o deputado Euclides abre o microfone.

Deputada Ivana Bastos.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Deputado Zé Raimundo presente na CCJ, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor Bonfim.

Bom, deputado Sandro, nós já temos cinco... O deputado Euclides está presente aqui na tela, mas não consegue abrir o microfone.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mande-o dar um o.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem. Tem de falar “presente”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, mas já temos cinco.

O Sr. Sandro Régis: Não. V. Ex.<sup>a</sup> aqui deu um, dois, três, quatro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou repetir. Deputado Marcelino deu presente.

O Sr. Sandro Régis: Um.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alex Lima, presidente. Eu sou suplente.

O Sr. Sandro Régis: Deu presença agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, calma... Deputado Antonio Henrique deu presente. Dois.

O Sr. Sandro Régis: Dois.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Ivana Bastos. Três.

O Sr. Sandro Régis: Três.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Zé Raimundo...

O Sr. Sandro Régis: Quatro. E qual é o quinto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides. Cinco.

O Sr. Sandro Régis: O deputado Euclides não deu presença!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides, faça um gesto, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Ele está pedindo para abrir o microfone dele, para Ernâni abrir o microfone dele.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu já pedi para abrir, mas ele não está ouvindo. Todos os deputados estão autorizados a abrir os microfones. O deputado Euclides não consegue.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Mas ele não está conseguindo abrir. Veja se Ernâni abre o microfone dele.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Ernâni já tentou aqui. Está tudo aberto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mande-o dar um sinal de positivo.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu já consegui abrir, presidente. O problema é o controle das aberturas do microfone ser ágil. Estou aqui há 5 minutos tentando abrir e o Ernâni não abre o microfone.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Coisa feia, Ernâni! Fica travando o deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A culpa aqui é do deputado...



O Sr. Euclides Fernandes: A culpa é de quem está cuidando de abrir os microfones. Quando o presidente determina para abrir, tem de abrir e não deixar o deputado nessa situação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Euclides, V. Ex.<sup>a</sup> não teve culpa. A culpa foi deste presidente e de Ernâni.

O Sr. Euclides Fernandes: É verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próxima comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Deputada Fabíola Mansur.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bira Corôa. Deputado Bira. Deputada Olívia Santana.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Dois. Deputado Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Três. Deputado Robinson. Robinson Almeida.

Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson se encontra? Deputado Robinson vai entrar agora. Deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, já temos cinco. Concorda, deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis: Concordo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Deputado Robinho.

Deputado Alan Castro.

Deputado Alan Castro se encontra?

Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor Bonfim. Deputado Vitor está na tela, mas não está abrindo.

Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Deputado Zé Raimundo presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Vitor. Deputado Vitor não aparece na tela e tem vídeo e áudio fechados. Vou chamar os suplentes, já que o deputado Vitor não está presente nem o deputado Alan Castro.

Deputado Jacó, como suplente. Áudio e vídeo estão fechados, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo Rangel. Tem de falar, Paulo. Está com o áudio fechado, Paulo. Deputado Paulo Rangel não está conseguindo abrir o...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, completam cinco. Concorda?

O Sr. Sandro Régis: Infelizmente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Deputado Niltinho.

O Sr. Niltinho: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Dois. Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, presidente. Presente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Três. Jusmari Oliveira.

A Sr.<sup>a</sup> Jusmari Oliveira: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quatro. Maria del Carmen.

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Cinco.

Deputado Roberto Carlos?

O Sr. Roberto Carlos: Presente.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Roberto Carlos: Presente, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concorda, deputado, líder Sandro?

Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis: Quero encaminhar, Sr. Presidente. Quero encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não pode.

O Sr. Sandro Régis: Está em Regimento....

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. Sandro Régis: Está em regime de urgência. O.k., o.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só na votação.

O Sr. Sandro Régis: O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis: Com os votos contrários da Oposição.

(A Sr.<sup>a</sup> Manuela Braga: Pode fechar?)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode fechar. Vai fechar os microfones temporariamente.

O Sr. Sandro Régis: Só registre, Sr. Presidente, com os votos contrários da Oposição, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

Então, aprovado...

(Pausa)

Então, em votação no âmbito das comissões. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários da Oposição.

No Plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 24.104/2021, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a tomar empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União. Em votação. (Pausa)

Quem é que vai falar? Deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis: Temos vários deputados inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu sei. Eu estava esperando que V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. Sandro Régis: Já pedi para Manuela passar para V. Ex.<sup>a</sup> aí. Tem uma relação extensa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tudo bem, tudo bem, o.k. Então...

O Sr. Sandro Régis: Pode pedir almoço para a turma aí.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou pedir o almoço e o jantar.

O Sr. Sandro Régis: Pode pedir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, para discutir Paulo Câmara, Tiago Correia, Carlos Geilson, Alan Sanches, Luciano Simões, Capitão Alden, Sandro Régis e Hilton Coelho. Então, oito.

O Sr. Sandro Régis: Prisco também; Prisco também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Prisco também.

O Sr. Sandro Régis: Prisco também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por enquanto, nove.

Então, para discutir, inicialmente, o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Vinte e cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vinte minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 20 minutos.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** Alô? Está ouvindo bem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um questionamento, não só à Mesa Diretora, mas a todos os líderes partidários. Para que nós temos de ter essas comissões, já que elas não funcionam? Desde 16 de março de 2020 que a CCJ não funciona e não trabalha. Já tem 1 ano. Isso é um desserviço que a gente presta à população do nosso estado.

É inadmissível nós termos de ter tantas comissões sem funcionar absolutamente. Não dá para trabalhar assim. Eu levantei esse questionamento na reunião da Mesa Diretora. Pedi ao líder Rosemberg, falei com V. Ex.<sup>a</sup>, que projetos de determinada magnitude têm a obrigação de passar, pelo menos, pela CCJ e Orçamento. E isso não acontece.

Então, Sr. Presidente, vamos extinguir essas comissões, o corpo de trabalho que nela faz, porque não está prestando para nada. Tem-se uma comissão, tem-se um presidente, tem-se eleição, disputa-se para saber quem vai ser presidente, para ver quem vai ser vice-presidente, não é? Nós trabalhamos tão bem em 2019, nós estamos agora, aqui, quase 54 deputados reunidos remotamente. Qual a dificuldade de uma CCJ se reunir? Qual a dificuldade da Comissão de Orçamento se reunir? Colheu voto na Infraestrutura, colheu voto na Educação, Orçamento, CCJ, e elas não fazem absolutamente nada. Eu, pelo menos, participo de duas: CCJ e Agricultura, e não fizemos absolutamente nada. Não prestamos nenhum serviço de colaboração ao estado da Bahia. Nem analisamos projetos de deputados, nem analisamos projetos do Executivo, assuntos que estão aí acontecendo diariamente. A pandemia está aí! A COVID está aí! Mas será que é o único assunto a ser discutido?! Eu acredito que não.

Então, é um apelo que eu faço à esta Casa, principalmente à Mesa Diretora. Não dá para trabalhar sem a comissão funcionar. Não dá! Só se reúne para votar projeto?! Ou, então, vamos temporariamente acabar as comissões, e na hora cria, na hora que for votar. Agora, se ter uma Comissão dessa envergadura, dessa magnitude, como a CCJ, e desde 16 de março ela não presta para nada, aí me desculpe, presidente, eu não posso emprestar meu nome, nem as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, a uma coisa desse tipo. Depois não venham dizer que a Assembleia está sendo mal falada lá fora. Claro! Se a gente não está trabalhando?! Só se reúne agora?! Um projeto dessa magnitude, não é?! Tem deputado em casa, deputado no quarto, deputado na varanda, deputado na sala, deputado no carro, deputado na roça... Pera aí! Nós estamos falando de um bilhão e meio. Um bilhão e meio para o estado! A Assembleia ser parceira do governo da Bahia não quer dizer que ela tem que ser subserviente. Não pode ser dessa maneira.

E eu fiz um apelo ao líder Rosemberg na última reunião da Mesa Diretora, que esse projeto passasse pela CCJ. E quando eu vejo aqui se dizer que o secretário da Fazenda... É obrigação dele. Ele tem o dever e obrigação de prestar esclarecimentos à Assembleia Legislativa da Bahia! Então, não é favor o que o secretário da Fazenda fez. Aliás, outra briga: cobro aqui desta Casa... Projeto de envergadura... Aliás, o único secretário que eu vejo se prestar com boa vontade é o secretário Vilas-Boas, que nunca se furtou. O resto é uma dificuldade, é uma temeridade. Parece que há medo, parece que está com medo de divulgar o que é que vai acontecer.

Então, o secretário da Fazenda quando vai, ele cumpre a obrigação dele, líder Rosenberg. E é salutar, é bom para a democracia. É bom para este debate Assembleia/Executivo. Que bom que ele venha várias vezes apresentar e debater. Mas isso não justifica a CCJ não funcionar. Isso não justifica a Comissão de Orçamento não funcionar. A Comissão de Infraestrutura, que é uma comissão pertinente nesse assunto, não funcionar.

Então, esse questionamento precisa ser abordado de maneira muito urgente, Sr. Presidente Adolfo, para que os próximos projetos passem pela CCJ, passem pelo Orçamento e passem pelas comissões temáticas pertinentes.

Não dá para debater projeto assim dessa magnitude em cima da hora. O governo tem maioria, minha gente. O governo faz o que quiser. São 48 a 15, ou 47 a 16. Ele tem maioria para fazer o que quiser. Mas vamos cumprir o Regimento! Vamos dar dignidade ao processo legislativo desta Casa! Vamos respeitar a Assembleia Legislativa da Bahia! Vamos respeitar os mandatos dos deputados! Não vamos ficar nesse tipo de subserviência, porque perde todo mundo. É ruim para o governo do estado e é ruim para a Assembleia Legislativa. Esse é só o jogo do perde. Esse jogo ninguém vai ganhar.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, volto a fazer esse questionamento. Não é a primeira, não é a segunda, aqui em Plenário virtual, e faço de novo. Fiz questão de fazer à Mesa Diretora para que ficasse registrado em ata. E, mais uma vez, acho que a Assembleia Legislativa da Bahia presta um desserviço quando projetos tão importantes como esse não são debatidos nas suas comissões pertinentes, para que se dê a legalidade do processo, a constitucionalidade do processo. Discuto com todo o parecer que foi avaliado aí e foi lido pelo deputado Marcelino Galo, um parecer superficial! A gente sabe que esse parecer foi feito e foi entregue. Não venha querer dizer que esse parecer foi debatido à exaustão. Que nada! Isso é conversa para boi dormir! Isso é engodo! Isso não aconteceu! Foi: “Leia lá, entregue e debata”. E vem dizer aqui que a educação recebeu 300 milhões?! E a educação da Bahia é a pior do Brasil?! E deve ser vergonhoso ler um parecer desse! É vergonhoso dizer que, na educação, foram aplicados R\$ 300 milhões e ela é a pior do Brasil! Nota zero! Ao ponto do governador ter toda hora que estar se explicando para a televisão, estar se explicando em site! Porque é uma lástima, é uma vergonha essa educação! E esses R\$ 300 milhões? Foi lido aí no parecer! Não deveria nem ter sido colocado para não passar tanta vergonha, porque já gera dúvida com relação a isso.

Então, minha gente, vamos tratar as coisas com seriedade, com respeito. O líder Sandro Régis já falou: “A Oposição está aqui para colaborar, para contribuir”. Toda crítica construtiva ao governo engrandece o governo do estado, engrandece esta Casa. Nós não vamos fazer aqui um tipo de “toma lá, dá cá”. Pelo contrário. Sandro já falou que o projeto da Embasa foi aprovado com os votos da Oposição, com a grande maioria, porque eu acho que era um bom projeto para o estado da Bahia.

Agora, 1,5 bi de novo? O governo vir falar que já foram pavimentados 7 mil quilômetros de estrada?! Isso desde a época que o deputado Adolfo Viana era deputado estadual! Eu pedi essa lista e nunca foi apresentada! Nunca foi apresentada. E aquela estrada que liga Itapetinga a Quijingue é um desastre! Aquilo ali é uma vergonha! Mas,

certamente, o governador do estado vai de helicóptero ali para a região de Maiquinique, Macarani. Sobrevoa porque ele não tem coragem de andar no carro dele. A Casa Militar não vai, porque senão vai passar vergonha. Vai ter coronel lá que vai estar com o pneu furado para fazer o percurso. Então, não anda.

Então, minha gente, é dar transparência aos atos, é colaborar, é dizer o que vai ser feito, como vai ser aplicado, como vai ser designado! O deputado Tom Araujo colocou. E quanto mais explicar e quanto mais esse processo for transparente da parte legislativa e de elucidação, melhor para a Casa! Quem sabe vocês não convenceriam a Oposição a dar o voto favorável?! Para a Embasa não foi dado?! Agora esse, não. Tem que pedir urgência, de maneira açodada! Não pode, não é correto, Sr. Presidente.

Então, por gentileza, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que os próximos projetos dessa magnitude, dessa envergadura, passem pela CCJ. É um apelo que eu faço a V. Ex.<sup>a</sup>. Fiz ao líder Rosemberg, ele disse que iria colocar isso na última reunião, e não foi feito. Ou então, Sr. Presidente, feche as comissões, demite todo mundo e acabe essas comissões, acabe a estrutura e seja o que Deus quiser. Mas prestar um papel, ter a estrutura que essa Casa tem e não funcionar é vergonhoso.

O segundo assunto que eu queria trazer aqui, Sr. Presidente, está correndo nas redes sociais: eu vi agora, ontem ou anteontem, o governador do estado dizer que vai socorrer o empreendedorismo, o empresário. E eu ouvi aqui que ele vai emprestar dinheiro, colocou R\$ 100 milhões à disposição. Eu espero que seja *fake news*, aliás eu quero ser convencido, porque, se o governo do estado da Bahia vai emprestar dinheiro a 2% ao mês, isso é agiotagem! Isso é agiotagem! É melhor tomar dinheiro na mão do cigano, de agiota profissional!

O Sr. Sandro Régis: Pior que agiota.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** O governo da Bahia vai ser carimbado como o governo da agiotagem. O empresário quebrado, esse *lockdown* que está quebrando todo mundo, esfacelando o comerciante, o pequeno e o médio empresário, e o governo vir anunciar um pacote econômico com juros de 2%, minha gente?! Que vergonha! O governo tem que dar a mão, tem que dar carência, cobrar os juros mínimos que devem ser cobrados, os juros simbólicos, dando carência de 6 meses, 1 ano. Agora, cobrar 2% é acabar de matar o empresário, é acabar de sufocar, é levar à falência. Ou você acha que essa conta não virá? Prorrogou o ICMS para agosto, jogou a dívida para frente. Nada mais! Nada mais! O empresariado ganhou 4, 5 meses. Mas essa conta vai vir, mas não há faturamento da empresa, está tudo fechado. É *lockdown* decretado pelo governador do estado da Bahia. E essa conta chega.

E agora faz um gesto, a imprensa... Aliás, em matéria de publicidade, esse governo é campeão. Nunca vi tanto dinheiro gasto em publicidade como está sendo gasto agora. Uma máquina de gastar dinheiro em publicidade, é propaganda tamanho G e resultado zero! Zero na educação, zero para o orçamento, zero para investimento. Isso é uma vergonha! Esse vai ser o carimbo do governo Rui Costa, esse vai ser o carimbo do governo do PT, que está aí há 16 anos. Campeão nacional do desemprego, nota zero na educação. Agora, arrochando, matando o empresariado, acabando de pegar a corda e puxando o banco para que eles morram enforcados, com juros de 2%! Rui

Costa, do governo do PT, vai ser o governo da agiotagem. Eu espero que seja *fake news*, mas é o que está aí rodando no WhatsApp e até agora eu não vi uma nota na imprensa.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, eu vim aqui para falar de coisas boas. Copie lá, governador, do governo do PT do Ceará. É do PT, do mesmo partido, mas fez um gesto com as pessoas de bares e restaurantes, dando um auxílio de R\$ 1 mil para aquelas pessoas que estão sofrendo. Quantos deputados, quantas pessoas estão recebendo aí pedidos de ajuda dessas pessoas que prestam serviços e que estão quebrados? Pessoas que tinham um ou dois restaurantes quebraram. Quebraram. Tem pessoas que já demitiram mais de 100 empregados das suas pequenas e médias empresas. E a gente vai ficar calado? Copie esse gesto do governo de Ceará. Dá uma ajuda. Se não pode dar R\$ 1 mil, dá 500, dá 400, dá qualquer ajuda. Não é o governo da austeridade fiscal, da gestão dos recursos? Então, deve ter dinheiro, porque eu sei que para a propaganda tem. Aí é outdoor, site, TV, rádio. Aí, bota dinheiro. Aí, não falta dinheiro.

Aliás, um secretário que funciona é esse Andrezinho. Andrezinho é campeão, esse é um mestre, é um craque! Agora, tira o dinheiro da publicidade e bota na educação, bota na saúde, bota na infraestrutura. Isso não é hora de fazer propaganda. Chega dessa propaganda. Devia denunciar o governador na Defesa do Consumidor porque é tanta propaganda enganosa, tanta propaganda enganosa que a gente tinha que ver isso: “Bota no Procon”. Vamos fazer, líder Sandro Régis, uma ação coletiva para o Procon. O governo da enganação, porque o que fala na vitrine, quando você vai trazer para o resultado, realmente é píffio, minha gente.

Outro assunto que discorreu essa semana foi o aumento abusivo, extorsivo do combustível. O governo aumentou em 36%, desde 1º de fevereiro para cá, o ICMS. Governo da Bahia é o governo de achacar o empresariado, de matar com tributos, de pisar no pescoço, esse é o governo da sangria, porque não tem competência para fazer, não tem competência para gerar emprego, não tem competência para gerar renda. Nada. É sufocando, é matando, é acabando de estrangular. Porque, se assim fosse, a Bahia não seria campeã nacional do desemprego.

O governo do Partido dos Trabalhadores, que deveria zelar por emprego e renda! Quanta ironia, minha gente. Quanta ironia. Está carimbado: pior educação do país...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** (...) maior desemprego do país.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, Paulo.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** Pois não, Sr. Presidente, estou concluindo.

E, por último, Sr. Presidente, com a sua tolerância, mais um assunto que veio ontem – anteontem eu vi anunciado –, o novo diretor do Hospital Roberto Santos e já hoje foi demitido. Já hoje foi demitido o José Lima Filho. Por que ele foi demitido, Sr. Presidente? E que cabe à Comissão de Educação investigar. Porque ele é sócio em diversas empresas que prestam serviço ao estado. É raposa no galinheiro, minha gente! É raposa no galinheiro! Já entrou ontem, já saiu, já foi demitido a pedido do Ministério Público. Uma auditoria do SUS foi feita. Está aí no site do *Bahia Notícias*. É só olhar lá. Irregularidades! E pedindo a responsabilidade dos empresários e dos serviços prestados.

Por fim, Sr. Presidente, a pergunta que não quer calar – estou vendo aí na imprensa o retorno do secretário Bruno Dauster: cadê os 100 milhões dos respiradores? Tenho muito medo, o Consórcio Nordeste comprando vacina Sputnik. Quando se mete o Consórcio Nordeste, já sabe o que vai dar. São 100 milhões perdidos e até hoje nada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Paulo.

**O Sr. PAULO CÂMARA:** Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo orador inscrito, o deputado Tiago Correia, pelo tempo de 20 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

Até 20. Podem ser cinco.

Está fechado aí? Está fechado? Não, o meu está fechado?

**O Sr. TIAGO CORREIA:** Abriu, Sr. Presidente? Me ouve bem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Tiago.

**O Sr. TIAGO CORREIA:** Eu vou pedir esses 5 minutos que o senhor falou aí para agregar ao tempo. Aí eu falo por 25. Combinado, Sr. Presidente? É um bom número. (Pausa)

Vamos lá, quem cala consente, 25 minutos.

Sr. Presidente, hoje participamos de uma sessão muito importante. Em pauta, um empréstimo... Eu queria até pedir a ajuda aos colegas para não se falar em R\$ 1,5 bilhão, porque o meio se perde. É 1 bilhão e 500 milhões de reais. Nós não estamos falando de 1 bi e meio, porque, às vezes, fica um pouco distorcido. É R\$ 1,5 bilhão. E nós vamos discorrer sobre ele aqui durante o meu tempo.

Mas, antes, Sr. Presidente, não posso deixar de me associar às palavras, primeiro, do meu colega de Feira de Santana, competente deputado, combativo, deputado Carlos Geilson. Primeiro, no desejo do pleno restabelecimento da saúde do nosso amigo Herzem Gusmão, prefeito da minha cidade natal, Vitória da Conquista, que vem lutando contra a Covid-19. Ele foi acometido no final do ano. Quer dizer, na verdade, agora, por conta das causas decorrentes da Covid está internado no Hospital SÍrio-Libanês, numa situação grave. E nós aqui pedimos a oração de todos os colegas, de todos os baianos pelo pleno restabelecimento, para que esse nosso querido amigo possa sair dessa bem. Nós temos fé que isso vai acontecer.

Queria me associar às palavras do nosso colega Carlos Geilson, quando traz a esta Casa fato ocorrido ontem, que foi o posicionamento brilhante, cirúrgico, do prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins. Diante de tantas outras restrições que a prefeitura e o povo de Feira de Santana vêm sofrendo por conta de posicionamentos políticos do governo do estado – e o prefeito Colbert citou diversos –, trouxe à pauta o Centro de Convenções de Feira de Santana.

E a gente relembra aqui do esqueleto do Centro de Convenções do governo do estado da Bahia, aqui em Salvador, que é uma verdadeira cena de horror, Sr. Presidente.



Eu queria convidar cada um dos colegas, para, quando estiverem aí na rua indo a uma farmácia ou em um supermercado, passar em frente ao Centro de Convenções, que sofreu uma reforma muito cara, Sr. Presidente, muito pouco antes de desabar. Aquilo é dinheiro público jogado no lixo, dinheiro público sem nenhum cuidado. E aí eu vou entrar um pouco na frente para falar um pouquinho da aplicação dos recursos públicos no estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, o esqueleto do Centro de Convenções de Feira de Santana está lá há 16 anos! Nós vimos o governo anunciar que faria um centro de convenções em Itabuna e entregou esse centro de convenções em dois anos, com festa pomposa, artistas em nível nacional e o de Feira de Santana se arrasta há 16 anos. Será que é uma perseguição ao povo de Feira de Santana? E aí a justificativa que a gente ouve por integrantes do governo é que o prefeito Colbert Martins está atrasando o pagamento do consórcio da policlínica, a policlínica que o governo anuncia aí pela mídia, como o deputado Paulo Câmara falou, mas quem banca são as prefeituras arrojadas, Sr. Presidente, tendo que assumir a manutenção de uma estrutura pesada que o governo do estado, sabiamente, entrega e cai fora. E aí, agora, fica cobrando dos prefeitos e quer condicionar a reforma do centro de convenções... Reforma não, conclusão do centro de convenções. Dinheiro público, Sr. Presidente. Se tivesse aplicado os 2% que ele quer cobrar do microempreendedor, imagine quantos centros de convenções dariam para fazer com esse dinheiro aplicado durante 16 anos! Porque é dinheiro baiano jogado no lixo. É a falta do cuidado com o recurso público, é isso que a gente traz. E quer condicionar o pagamento da parte do governo de Feira de Santana à policlínica, quando nós sabemos que diversos municípios, inclusive da Base do Governo, do PT, hoje, estão inadimplentes, justamente porque não têm condições de pagar uma estrutura que o governo maquiou. O governo pensou e joga lá no meio dos municípios e cai fora e deixa a conta mensal pra essas prefeituras, que muitas vezes não têm dinheiro para pagar a folha.

Então, Sr. Presidente, nós nos associamos inteiramente às palavras do colega Carlos Geilson, competente, combativo, que conhece muito melhor Feira de Santana, acho, do que a maioria dos deputados e pode, em um momento futuro, trazer mais detalhes sobre essa atitude política que o governo do estado vem tendo contra o povo de Feira de Santana e tem diversos outros exemplos e diversas outras perseguições à administração do prefeito Colbert Martins, que, sabiamente, corajosamente, se posicionou, cobrando. E, inclusive, procurou o governo do estado, logo que foi eleito, para buscar um entendimento, justamente, com os secretários. O governador o atendeu muito bem, tapinha nas costas, e Feira de Santana está lá abandonada pelo governo do estado.

Mas Sr. Presidente, outro assunto que me traz, hoje, a esta tribuna – vou chamar aqui de tribuna, entendendo até a agonia de alguns colegas com a falta do contato pessoal aí no Plenário –, é que queria aqui parabenizar todos os servidores desta Casa que têm se esforçado desde o início da pandemia para que as sessões possam ocorrer, para que os debates possam ocorrer. Estão de parabéns todos os servidores, muitos deles foram acometidos pela Covid e retornaram. Então, queria aqui, em nome do engenheiro Ernâni, que está aí à frente, saudar a todos os servidores.

Mas eu queria falar, agora, de saúde, Sr. Presidente. Nós sabemos que as atividades físicas têm uma essencialidade na saúde de cada indivíduo. A importância da atividade física para a saúde está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida. Inclusive a Organização Mundial de Saúde recomenda a prática regular de atividade física, demonstrando os diversos benefícios que ela traz não só à saúde física, mas como à saúde mental de quem pratica.

E aí, Sr. Presidente, diversos estudos estão sendo realizados, principalmente agora neste momento de pandemia, relacionando a prática de atividades com as comorbidades que têm levado as pessoas acometidas pelo coronavírus a agravar os seus quadros. Então, um estudo francês evidenciou que a necessidade de ventilação mecânica, por exemplo, invasiva, foi maior em pacientes com índice de massa corporal elevada, chegando a 85,7% dos pacientes com Covid que tinham o índice de massa corporal igual ou superior a 35%, Sr. Presidente. Além disso, o risco de hospitalização foi 32% maior para as pessoas fisicamente inativas.

E por que eu trago esse assunto, Sr. Presidente? Porque as atividades físicas não estão sendo consideradas atividades essenciais aqui no nosso estado da Bahia. Apesar de o Ministério da Saúde já ter reconhecido, através de um pedido feito pela comissão formada por educadores físicos, no ano passado, salve engano, em maio – o Ministério da Saúde reconheceu atividade física como atividade essencial –, nós não temos isso reconhecido na Bahia. E, por isso, eu apresentei um projeto de lei instituindo a prática de atividades físicas orientadas por profissionais de educação física como essencial para a saúde da população, declarando os estabelecimentos de prestação de serviços, tanto públicos quanto privados – inclusive as áreas públicas que são utilizadas pela população – como estabelecimentos essenciais na forma de prevenção, Sr. Presidente, das doenças físicas e mentais no estado da Bahia.

E eu pedi aqui ao líder Rosemberg, ao líder Sandro Régis, toda a sensibilidade das bancadas e dos colegas, para que nós possamos aprovar esse projeto de lei. E, contando mais com a sensibilidade de Rosemberg, talvez não precise nem aprovar. Talvez ele consiga convencer o governador, o secretário de que essa atividade física regular é essencial, e libere as atividades físicas durante a pandemia, Sr. Presidente.

Nós trazemos aqui diversos benefícios que as atividades físicas promovem, como a prevenção de doenças crônicas e do desenvolvimento de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, controle do nível de colesterol, controle da ansiedade, inclusive aliado no tratamento da depressão. A atividade física melhora o condicionamento cardiovascular, cardiorrespiratório, o controle de peso, diminui dores, diminui a incapacidade funcional, funcionando também como tratamento, Sr. Presidente, de problemas ortopédicos.

Então, as pessoas, muitas vezes, fazem atividades físicas como tratamento médico e estão agora impossibilitadas de fazer. Reduz o estresse. Enfim, Sr. Presidente, são diversos benefícios que a prática regular de atividade física traz, principalmente no momento, agora, de reclusão social, no momento de estresse. Então, eu queria a sensibilidade do líder Rosemberg, para ver se a gente consegue incluir as atividades físicas no rol das atividades essenciais, entendendo a sua importância para a saúde de

toda a população e, principalmente, os seus impactos no agravamento do quadro da Covid-19 nos pacientes que não têm feito atividades físicas regulares, justamente por conta da não inclusão da atividade física como atividade essencial.

Mas, voltando ao nosso empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, Sr. Presidente, nós discutimos, tivemos uma reunião com o secretário da fazenda, reunião muito produtiva para entender a questão fiscal do estado. Nós vimos que o estado não teve essa queda de arrecadação de ICMS, que é alarmada. O estado continua arrecadando ICMS. O estado continua, inclusive, arrecadando mais ICMS, como o deputado Paulo Câmara falou, por conta dos constantes aumentos do preço dos combustíveis, então tem mais dinheiro entrando no cofre. No momento é apresentado um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão e nós queremos um detalhamento, de que forma esses recursos serão investidos na infraestrutura, que foi a sinalização em nosso estado.

Nós temos a informação de que uma parte desses recursos irá para o Fundo Garantidor da Ponte Salvador-Itaparica. Ora, Sr. Presidente, não tem problema. Nós queremos saber quanto. Quanto desse R\$ 1,5 bilhão irá para esse Fundo Garantidor? Quanto desse R\$ 1,5 bilhão será de fato empregado na infraestrutura do nosso estado? E onde? Em quais estradas? Em quais obras? Nós precisamos desse detalhamento.

Quando a gente vai pegar um dinheiro emprestado no banco, deputado Sandro Régis, o banco quer saber: “Você vai comprar o quê? Onde? E o que você vai comprar vai ficar onde? Vai ser desenvolvido de que maneira o seu projeto?” Ele quer saber tudo. Nós queremos saber isso, não é nada demais. De que forma o governo vai aplicar esse R\$ 1,5 bilhão?

Solicitamos ainda uma reunião com o secretário da Infraestrutura para que isso fosse melhor detalhado. Essa reunião não aconteceu, então nós não podemos dizer que a reunião com o secretário da Fazenda esgotou as nossas dúvidas. Na verdade, o secretário fez uma apresentação muito boa da situação fiscal do estado. O secretário Manoel Vitória, que inclusive, volto a afirmar, talvez seja o melhor quadro do governo, melhorou muito a arrecadação. Não diria que arrochou, porque ele vem cobrando ali o que determina o governo, quem arrocha é o governo que determina as alíquotas dos impostos, o secretário só coloca isso em prática. Então é um secretário competente, que reorganizou as finanças do estado, que inclusive auxilia outras pastas no gasto dos recursos públicos.

E é aí que nós entramos, esse gasto dos recursos públicos tem sido feito com péssima qualidade, não existe qualidade nos gastos públicos no estado da Bahia. O exemplo disso é o Centro de Convenções daqui de Salvador, que foi reformado, quer dizer, estava em processo de reforma, dinheiro público entrando e o Centro de Convenções desaba e está lá até hoje. O de Feira de Santana está há 16 anos parado, Sr. Presidente, se nós pegássemos esse recurso e o aplicássemos na taxa que o governo quer cobrar, de 2% dos micro e pequenos empresários, talvez desse para fazer centros de convenções nas maiores cidades da Bahia.

E, deputado Paulo Câmara, chama a minha atenção que o governo anunciou R\$ 100 milhões para os micro e pequenos empreendedores! Sabe quantos são, deputado Paulo Câmara? Aproximadamente 25 a 30 mil pequenos e

microempreendedores. Vamos considerar 25 mil. Sabe quanto cada um vai poder tomar a 2%, deputado Paulo Câmara? São R\$ 4 mil! Vai poder pagar o quê? A conta de luz que está atrasada? De que maneira R\$ 4 mil vão ajudar um pequeno ou microempreendedor? É piada! É piada! O governo do estado nos traz uma piada, Sr. Presidente.

Nós, da Frente Parlamentar, encaminhamos uma série de pedidos. Nos reunimos ontem com o setor hoteleiro do estado da Bahia, que vem amargando prejuízo, um setor que emprega, que é o cartão postal. Quem chega a uma cidade do que lembra? Como foi que eu dormi? Dormi bem, estava num hotel bacana. Esse pessoal está minguando, demitindo pessoas.

Então, nós encaminhamos ontem, inclusive participou da reunião o vice-governador João Leão, que se dispôs a ajudar. Nós precisamos de medidas firmes, medidas concretas. Nós não precisamos de faz de conta.

A Frente Parlamentar também entregou uma relação de pedidos para o setor de bares e restaurantes. Tem gente se suicidando, Sr. Presidente, tem gente fechando os seus negócios, são milhares de famílias desempregadas e o governo ainda não sinalizou nada. Existe aí uma ideia de que virão algumas medidas, mas todos os estados já anunciaram, estados vizinhos, estados aqui do Nordeste. O estado da Bahia sempre é o último, sempre é o mais lento, daí a fama de que o baiano é lento. Será que é por conta do posicionamento do governo? Como o deputado Paulo Câmara falou, governos do PT já anunciaram essas medidas e aqui o pessoal fica batendo cabeça, o pessoal não se entende, encaminha um projeto sem as explicações necessárias. De que maneira nós vamos nos portar frente aos nossos eleitores para dizer que autorizamos R\$ 1,5 bilhão? E aí esse eleitor vai perguntar: “E a minha estrada?” Como Paulo Câmara falou, a estrada de Maiquinique, está um horror, eu passo ali mensalmente, a estrada está acabada há muito tempo. Já foi anunciada diversas vezes, uma estrada pequena. Eu pergunto: será que é perseguição a algumas regiões do estado? Será que é um posicionamento político? E quando o eleitor for perguntar: “Esse R\$1,5 bilhão...”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago...

**O Sr. TIAGO CORREIA:** (...) vai dar para resolver a nossa estrada?” A gente não sabe responder.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, para concluir.

**O Sr. TIAGO CORREIA:** Pois não, Sr. Presidente. Para concluir.

Nós que somos deputados, nós que aprovaremos esse projeto, nós da Oposição não, porque do jeito que se encontra nós provavelmente votaremos contra, Sr. Presidente.

E aqui viemos, mais uma vez, pedir ao líder Rosemberg, para concluir, Sr. Presidente, que retire o projeto de pauta hoje. Vamos discutir o projeto, vamos discutir com a sociedade. Nós não somos contra o empréstimo, prova disso foi o nosso voto no empréstimo de R\$ 500 milhões para a Embasa, em que nós sabíamos quais eram as obras, em que o presidente da Embasa conversou, explicou, mostrou a situação fiscal.

Então, Sr. Presidente, nós queríamos sensibilidade do governo que retire esse

projeto hoje e possa, quem sabe, convencer todos os deputados, Maioria e Minoria, que nós possamos aprovar esse projeto à unanimidade, mas depois do debate necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo orador, deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** O.k.! Agora?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode iniciar, deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, parabenizar o deputado Tiago, que me antecedeu, pelo belíssimo pronunciamento, assim como também fez um belíssimo pronunciamento o deputado Paulo Câmara. Mas vamos começar a falar desse empréstimo de R\$1,5 bilhão.

O deputado Marcelino Galo apresentou um relatório inconcluso, não diz onde o dinheiro será aplicado. O deputado líder do Governo Rosemberg Pinto diz que no final ele, em 5 minutos, vai dizer como o estado vai gastar essa fortuna de R\$ 1,5 bilhão.

Eu queria saber do nobre presidente, apaixonado pela terra das esmeraldas, Campo Formoso, se Socotó das Esmeraldas vai ser beneficiado com esse empréstimo para infraestrutura. Sim, mas quem é que vai amealhar? Eu preciso dar uma resposta para a minha base eleitoral, dizer a Feira de Santana, porque voto contra, ou porque voto a favor. Feira de Santana está contemplada em quê? A cidade de Itororó será beneficiada, terra do líder do Governo? Provavelmente, sim.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu gostaria muito.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** (Risos) Então, já me deixa satisfeito na indicação que nem Itororó está contemplada, porque V. Ex.<sup>a</sup> não sabe onde, de fato, esse dinheiro vai chegar. E quais serão os municípios beneficiados. Ah, vai tocar obra em andamento. Mas qual é a obra? Alguém falou aí de obras em andamento. Salvador tem muitas obras do governo, é verdade, mas Salvador não tem, aliás, Feira não tem uma obra com as impressões digitais do governo.

É por isso, meu caro telespectador, meu caro internauta que acompanha esta sessão pelo *Canal TV Assembleia*, que nós, da Oposição, estamos nos colocando contra o projeto, por não termos conhecimento em profundidade, porque o projeto não foi esmiuçado, ele não foi debatido. Eu pergunto a você que me ouve e que assiste agora: você daria um cheque em branco, você colocaria sua assinatura num empréstimo de um amigo seu só porque é seu amigo? Sem ao menos você saber o destino desse recurso? É isso que nós estamos, aqui, debatendo nesta Casa, nesta sessão.

O deputado Paulo Câmara foi de uma felicidade, como sempre, brilhante como é. A questão é que nós temos várias comissões na Casa, mas um projeto desse passa por cima das comissões. Na comissão, não há risco nenhum do governo perder, porque tem ampla maioria, é absoluto. A Assembleia Legislativa é interessante, é como se na Bahia tivesse um reinado e a Assembleia Legislativa fizesse parte desse reinado. E, nesse reinado, alguns súditos, que são os deputados da Oposição, são contrários, são a

voz destoante dentro desse reinado, porque o governo do estado nada de braçadas. O que é que o governo quer que esta Casa não aprove? Eu acho que até, se dissesse que é para cassar alguns deputados, e o governo pudesse, tivesse autonomia, tivesse uma forma legal de dizer: “Eu vou cassar agora o mandato do deputado “x”, do deputado “a”, do deputado “c”.” E mandasse o projeto para esta Casa, eu acho que até assim esse projeto seria aprovado.

É impressionante que nós queremos saber como esse dinheiro será investido! Será que é pedir demais? Eu quero votar a favor do projeto, mas eu quero votar se eu tiver conhecimento de onde ele será aplicado. Aí você tem as comissões temáticas da Casa onde o projeto poderia ser amplamente debatido, amplamente discutido e isso não acontece. Mas é necessário saber que, para uma comissão dessa funcionar, tem gastos, tem vários parlamentares. Ah, mas o governo poderia perder uma votação. Como poderia perder, se é amplo, se é absolutista na Assembleia Legislativa? O governo deve ter cerca de 46 deputados, 47 e à Oposição o que lhe cabe é gritar, é espernear, mas com responsabilidade. Tanto que nós não somos radicais ortodoxos e não fazemos o papel do PT, que já fez outrora, em tempos pretéritos, quando votou contra a vinda da Ford, da fábrica da Ford para a Bahia. Nós, ao contrário, votamos a favor do empréstimo de R\$ 500 milhões para a Embasa, porque eu senti que Feira de Santana será contemplada e os outros deputados sentiram que vários municípios da Bahia serão contemplados com esse empréstimo.

Então, nós não vamos ficar nunca contra a população, contra os moradores dos lugares que nós temos o prazer de representar na Assembleia. Agora, eu queria poder dizer a minha gente, eu queria dizer a você com quem eu tenho a oportunidade de conviver politicamente: eu votei a favor desse empréstimo, porque o município de Anguera será beneficiado, o município de Serra Preta, de Água Fria, de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, mesmo que Feira não estivesse nesse pacote de municípios beneficiados, mas que a nossa região fosse beneficiada. Mas não temos conhecimento. Então, veja o que é você aprovar R\$ 1,5 bilhão, R\$ 1,5 bilhão...

Agora, a educação, já que nós estamos falando deste governo que sempre teve um discurso falando da herança maldita. Eu lembro, os Srs. Deputados e Deputadas de Oposição, quando Jaques Wagner ganhou a eleição e o governo naqueles dois primeiros anos não saiu do lugar, a alegação constante era: “Pegamos uma herança maldita!” Ah, a educação? Herança maldita. A segurança pública? Culpa dos governos carlistas. O problema da Cesta do Povo? Problema dos governos carlistas. Estradas, etc.

Aí o PT chega esse tempo todo no poder e o que é que a gente vê? Uma segurança pública que nos deixa à mercê, infelizmente, do crime organizado. Hoje tem um toque de recolher oficial na Bahia, mas ele já existe em muitas comunidades, porque o tráfico é que manda, impera o poder do tráfico. Salvador mesmo tem várias comunidades em que a população vive refém do tráfico, Feira de Santana idem e em outras cidades do estado da Bahia. Então, esse toque de recolher não é novidade. Ah, herança maldita! E a gente vê que o problema da herança maldita não existia. O que existiu sempre foi a incapacidade de governar e de tornar realidade tudo que se prometeu sempre em campanha que o PT seria capaz de fazer.

Aí você vai para a infraestrutura. Quantos municípios da Bahia têm dificuldade de acesso, estradas ruins? E nós ficamos também com uma outra questão, que eu acho que se sobrepõe a todas as outras questões e todos os outros problemas, que é a área educacional. É uma vergonha! É uma estupidez! É inaceitável! São imponderáveis os índices do nosso estado no Ideb.

Ora, ora, ora, nós já ouvimos tanto isso, que os governos carlistas nunca cuidaram da educação. Oh, meu Deus do céu! Nós éramos felizes e não sabíamos, o povo da Bahia era feliz e não sabia. E foi importante ter dado essa oportunidade ao Partido dos Trabalhadores, que é zero na educação, fracassou o projeto do PT na educação. O nosso Ideb, e eu quero assim tomar por base várias cidades, não quero nem citar a cidade “a”, porque eu vou ter que citar o máximo de cidades, eu precisaria citar aí quase todos os municípios deste estado. A educação não avançou. A culpa? De quem? De quem pilota um projeto que tem mostrado sua incapacidade.

Nós estamos falando também da crise econômica e os deputados que me antecederam, Paulo Câmara e Tiago Correia, abordaram a crise econômica. Eu estou fazendo a indicação ao governador Rui Costa e espero que o líder do Governo deputado Rosemberg Pinto seja consoante, signatário dessa nossa preocupação: as lojas de conveniência devem estar funcionando como o segmento dos supermercados e congêneres. Ontem, eu recebi um relato de um empresário que teve que fechar uma grande loja de conveniência em Salvador. Elas devem funcionar, notadamente, as lojas de conveniência que vendem produtos que não sejam apenas bebidas. Elas estão dispostas a funcionar obedecendo o toque de recolher, não vendendo bebida alcoólica nos finais de semana. Nós precisamos ter um olhar também carinhoso com vários segmentos da sociedade.

É muito bom e eu concordo quando se diz: “Temos que fechar tudo.” Certo, qual a contrapartida do governo? O que o governo do estado está fazendo para dar uma mão a esse empresário que está atolado em dívidas com o seu comércio prestes a fechar as portas. O que nós temos a dizer a vários empresários que tinham uma cadeia de lojas e hoje funcionam malmente com uma? Os restaurantes que fecharam, os bares que faliram, porque é muito fácil dizer fecha tudo sem dar uma oportunidade, sem dizer o que nós vamos fazer.

Então, a crise econômica se abate sobre todos nós e o governo tem alardeado a compra da vacina da Rússia. Eu sou totalmente a favor, mas tem um, porém e nós não podemos esquecer: a compra dos respiradores, os respiradores que não chegaram, o dinheiro que foi gasto e que não foi repostado não foi devolvido. Dinheiro público, meu Deus do céu! Nós não podemos incorrer no mesmo erro.

O governador Rui Costa tem que ser muito duro, tem que ser criterioso, porque nós queremos as vacinas, nós estamos ansiando por elas. Mas nós ainda não perdemos de vista, nós ainda não esquecemos que... Aliás, a Assembleia Legislativa deveria fazer uma CPI para apurar onde foi parar esse dinheiro. Nós não temos 21 deputados para propor essa CPI, mas seria de bom alvitre que a Casa debatesse esse problema, porque agora um dinheiro será gasto. Importante! Nós queremos! Desejamos! Só alertamos

que o governo deve ter esse cuidado, para não acontecer o que aconteceu recentemente na compra dos respiradores.

Eu quero também dizer o seguinte: nós fizemos a indicação ao governador Rui Costa de algumas categorias que precisam ser contempladas, elas precisam de contemplação nessa lista de prioridades, nesse programa vacinal do estado. Primeiro, eu acho que chegando vacina, os professores devem ser vacinados, os policiais devem fazer parte dessa prioridade, mas nós temos outras categorias que, tendo vacinas, devem fazer parte de um plano de prioridades, dentre as quais a minha profissão, radialistas e jornalistas, os profissionais da comunicação.

Vocês aí da *TV ALBA*, que trabalham num ambiente fechado, com as suas dificuldades, esses profissionais precisam ser vacinados. As redações de jornais, das emissoras de rádio, de televisão, os programas que são apresentados ao vivo, esses profissionais devem, sim, fazer parte de uma lista de prioridades. O profissional da comunicação que está fazendo matérias nos hospitais, nas delegacias, em contato com o povo, nas manifestações, esses profissionais devem fazer parte dessa lista de prioridades.

Também incluímos os advogados, os escritórios de advocacia continuam funcionando, porque a Justiça não para e não vai parar. O advogado precisa ter contato com o seu cliente, precisa ir a um presídio, precisa ir a uma delegacia, também entendo que é uma categoria que deve estar nesse rol de prioridades.

Mas nós elencamos outras categorias como, por exemplo, os motoristas do transporte coletivo. Eu pergunto, tem profissional que corra mais risco do que o motorista de ônibus? Em Feira de Santana os ônibus andam apinhados de gente, em Salvador são verdadeiras latas de sardinha, lidando com um monte de gente. Não é um profissional que tem que estar na lista de prioridades? Claro que sim. Tem que fazer parte dessa lista.

O motorista de taxi; quando alguém entra no taxi, o motorista vai dizer: “Só entra se o senhor apresentar o atestado de que já fez o teste para a Covid”. Não pede e ninguém vai aceitar apresentar ao receber essa proposta. Então, o motorista de taxi deve, sim, ser vacinado, tem que estar nessa lista de prioridade. O motorista de aplicativo, vi que há um vereador em Salvador que também está com essa mesma preocupação. O mototáxi, o gari, que lida com atividade insalubre, retirando lixo de Covid. Então, são categorias que devem estar no plano vacinal de prioridades.

Eu chamo a atenção do líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que esteja aberto a essas sugestões, não se trata de ideia ou de proposta de um deputado da Oposição, mas deve ser de toda a Casa. Quando eu digo isso, eu sei que há prioridades que estão na frente de outras e que havendo vacinas, o professor deve fazer parte, primeiramente, desse contexto. Os policiais também, mas nós temos outras categorias das quais eu quero aqui tratar, eu chamo a atenção da Casa para que venha com a gente nessa luta, no combate ao Coronavírus.

Ainda neste meu pronunciamento quero falar sobre a questão do pronunciamento do prefeito Colbert Filho, que foi também abordado há pouco pelo nosso líder do bloco, deputado Tiago Correia.



Tiago, são sinais de cansaço, são anos e anos de espera, você abordou bem que em Itabuna o governo do estado inaugurou um centro de convenções com festa, artistas contratados, pagos pelo erário, com muito glamour e em Feira de Santana... Feira é esquecida. Não tem uma obra de destaque em Feira de Santana sendo tocada pelo governo do estado, o centro de convenções se arrasta desde o primeiro governo do PT na Bahia que se iniciou em 1º de janeiro de 2007. Qual o motivo?

E a gente ouve falar o seguinte: Jaques Wagner é um republicano, Rui Costa é republicano, mas na prática não tem esse republicanismo, tem é retaliação. É como se o governo do estado não aceitasse Feira de Santana ser controlada pela oposição, não tem uma explicação gente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Assim que Jaques Wagner assumiu o governo da Bahia, ele parou, paralisou a obra do centro de convenções e de lá para cá não se fez nada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Vou concluir. Em um momento de Papai Noel, de querer engabelar ou ludibriar, era um momento importante, pré-eleitoral, o governador Rui Costa disse: “Eu vou concluir o centro de convenções e vou mandar o dinheiro para Feira.” Não chegou um real, não chegou um centavo.

Eu vou bradar sempre: é descaso, um descaso absoluto com Feira de Santana. E vou dizer, presidente, porque eu quero que o senhor me responda: desse R\$ 1,5 bilhão, Socotó vai receber e será beneficiado? Campo Formoso será beneficiado? As cidades do entorno de sua querida cidade natal, qual delas será beneficiada com esse empréstimo de R\$ 1,5 bilhão?

Por isso, sem resposta, é que eu voto contra, não pelo empréstimo, mas por não saber como esse dinheiro será aplicado.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Com a palavra o próximo orador, deputado Alan Sanches. (Silêncio)

Próximo orador inscrito, deputado Luciano Simões Filho. (Silêncio)

O deputado Luciano não se encontra.

Capitão Alden.

**O Sr. CAPITÃO ALDEN:** Pronto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Capitão Alden, pode iniciar, 20 minutos.

**O Sr. CAPITÃO ALDEN:** Obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos os parlamentares.

Sr. Presidente, foi dito que, de acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, a Bahia teria feito investimento de mais de R\$ 1 bilhão no combate ao novo coronavírus, à pandemia, e também em cestas básicas.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, apesar dos gastos da Secretaria da Fazenda, não houve redução de receitas aqui na Bahia. Primeiramente porque, mesmo com o fechamento do comércio e com as restrições ditatoriais impostas pelo “desgovernador” Rui Costa, a Secretaria da Fazenda continuou recebendo recursos. Inclusive, o auxílio emergencial e a própria abertura do mercado, enquanto se manteve aberto, mantiveram as receitas do estado em uma crescente, tanto sim que, até hoje, não houve redução de impostos, dentre eles, ICMS, taxas ou quaisquer outros tributos.

Isso que é, de fato, nobre amigo parlamentar Rosemberg Pinto, deputado Rosemberg Pinto, que falou sobre a questão do constrangimento... constrangimento, de fato, é isso: a não redução até hoje, após 1 ano, do ICMS. Hoje, 1 ano depois, é que o governador veio a público informar que abriu uma linha de crédito para empregados, e como disse meu nobre amigo Tiago Correia, se for verdade, no valor de R\$ 100 milhões: R\$ 4 mil para o empresário que está fechado, que teve seu comércio simplesmente fechado e foi obrigado a continuar pagando taxas, tributos, tanto do estado quanto do município, R\$ 4 mil não dão para nada, absolutamente nada.

Hoje apenas, depois de 1 ano, é que o governador vem falar em redução de ICMS e abertura de linha de crédito para microempreendedores. O secretário da Fazenda esqueceu de dizer que, apesar desses investimentos do governo do estado no combate ao novo coronavírus, portanto, à pandemia, esse mesmo estado recebeu cerca de R\$ 67 bilhões da União, inclusive continuou recebendo recursos federais para serem investidos na merenda escolar, e somente agora o governador Rui Costa resolveu liberar recursos para pagamento dos alunos da rede pública, por conta da merenda escolar. Agora, depois de 1 ano! E continuou recebendo recursos do governo federal.

Então, não há que se falar de gastos de R\$ 1 bilhão, desses recursos de R\$ 1,5 bilhão para repor o dinheiro que supostamente foi utilizado no combate ao novo coronavírus. Falou também que esse valor de R\$ 1,5 bilhão irá socorrer as obras, as várias obras em andamento que estão sendo realizadas pelo governo do estado. Mas esqueceu de dizer que muitas dessas obras do governo do estado que estão em andamento em toda a Bahia também estão sendo, parte delas, bancadas pelo governo federal, o que o governo do estado, através da sua assessoria de imprensa, omite nas propagandas oficiais, deixando de anunciar que grande parte das obras estruturantes realizadas pelo governo do estado estão recebendo recursos do governo federal.

Só falta esconder as placas do governo federal com o título lá, “Pátria Amada Brasil”, indicando que aquela obra do governo do estado recebeu também recursos do governo federal. Tanto Salvador, nas várias obras estruturantes, quanto o governo do estado, através das várias obras em andamento, receberam recursos federais e continuam recebendo recursos federais, apesar das diferenças ideológicas.

O Banco Central, Sr. Presidente, informou no final do ano passado que, mesmo com a pandemia, que tem atingido todos os estados brasileiros e o mundo inteiro, mesmo assim, estados e municípios fecharam 2020 com o dobro de dinheiro em caixa,

isso segundo dados do Tesouro Nacional. A Bahia não está fora desses estados que dobraram, dobraram seus recursos, mesmo durante a pandemia. Então, isso mostra que é uma falácia, uma mentira, o discurso, a retórica do secretário da Fazenda apontando que a Bahia perdeu recursos durante o período pandêmico. Isso é uma mentira deslavada.

Foi lido, inclusive, relatório completamente raso, pelo nobre amigo, deputado Marcelino Galo, sem os detalhamentos necessários. Da mesma forma que o governo federal... (Interferência na conexão.) o governo estadual tem feito com os recursos utilizados na pandemia. É por esses e outros motivos que a PGR, a Procuradoria-Geral da República, tem cobrado do governador essas explicações. Aliás, ele tem até amanhã para informar à PGR e à sociedade baiana como foi que ele fez esses gastos, qual foi a destinação desse monte de recursos – mais de R\$ 67 bilhões.

Gostaria de ressaltar que eu fui o único parlamentar a ir a Brasília, à capital federal, oferecer pessoalmente a denúncia junto à Procuradoria-Geral da República, junto ao Ministério Público da União e junto ao Ministério Público Estadual aqui da Bahia. Por causa das minhas denúncias, três contratos de mais de R\$ 150 milhões foram anulados, foram cancelados por conta de superfaturamentos e suspeita de desvios. No mesmo dia em que fiz essa denúncia, 4 horas depois, o governo do estado informou o cancelamento do contrato por razões contratuais, a empresa não teria supostamente cumprido com as regras editalícias. Mentira! Foi por conta da minha denúncia, que resultou no cancelamento, digo e repito, de um contrato de R\$ 150 milhões com a empresa Pulsar Developments.

A PGR está apurando neste momento o suposto desvio de R\$ 100 milhões, mas não são R\$ 100 milhões somente, não. São R\$ 243 milhões: R\$ 44 milhões da primeira compra, R\$ 49 milhões da segunda compra e os R\$ 150 milhões do contrato que eu anulei e que já foram pagos à empresa Pulsar Developments. Então, tem R\$ 243 milhões que até hoje não foram devolvidos, ninguém sabe, ninguém viu.

A própria Polícia Civil, a SSP da Bahia e o Ministério Público Estadual até hoje não deram retorno das investigações, das oitivas que foram feitas. Como bem disse o meu amigo, deputado Paulo Câmara, cadê o tal do Dauster? Cadê os encaminhamentos das apurações? A Assembleia Legislativa tem que cobrar isso, é papel da Assembleia Legislativa cumprir e fazer cumprir a legislação e apurar os supostos desvios provocados ou ocorridos pela má gestão do Poder Executivo estadual.

Disseram que o importante era salvar vidas, mas, lá atrás, no momento em que foi aprovado o estado de calamidade, lá no ano passado, eu solicitei aqui, eu e o deputado Hilton solicitamos aqui, a esta Casa, a criação de uma comissão parlamentar para apurar os investimentos que seriam realizados na conta dos investimentos para o combate à pandemia do novo coronavírus. O que a Casa disse àquela época? “Não, vamos deixar os órgãos fiscalizadores, o importante é salvar vidas, o importante é não criar burocracia para o governador. Vamos aprovar”. E até hoje não foi feita uma comissão parlamentar para apurar supostos desvios praticados pelo governador do estado e sua equipe, que está ali no seu entorno.

Solicitei a esta Casa a convocação do secretário Fábio Vilas-Boas para explicar esses gastos dos respiradores. Até hoje, a Mesa Diretora nem sequer deu retorno. Fiz a solicitação de abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar os desvios dos respiradores, os desvios do Consórcio Nordeste, e até hoje eu nem sequer consegui assinaturas de deputados. Na época da aprovação do projeto do estado de calamidade pública, votei contra o projeto. Ainda assim, solicitei a formação da dita Comissão Parlamentar de Inquérito, que até hoje não foi estabelecida.

Por três vezes também – gostaria de informar a esta Casa –, eu tentei exercer o meu papel como parlamentar fiscalizando a aplicação dos recursos públicos nos hospitais de campanha, e nas três vezes fui barrado, fui acusado de entrar armado, fui acusado de ofender funcionários, mesmo com tudo filmado e documentado. Esse estado que aprovou, nesta Casa, um projeto estabelecendo como *fake news* determinadas e supostas inverdades é o mesmo estado que inventou *fake news* a meu respeito dizendo que entrei armado, que invadi, que ofendi.

A mesma coisa tentaram fazer na minha tentativa de fiscalização do Hospital Metropolitano, há 1 ano fechado. Foram gastos R\$ 170 milhões num hospital que estava pronto há 1 ano, e somente agora, após as minhas denúncias, o governador milagrosamente, excepcionalmente, conforme ele mesmo disse na imprensa, resolveu abrir o Hospital Metropolitano.

Esse recurso de R\$ 1,5 bilhão poderia abrir quantos hospitais do mesmo padrão e modelo do Hospital Metropolitano, que ficaria como legado para a Bahia? Não simplesmente ficar investindo em hospitais de campanha, provisórios, cheios de empresas, por trás ali, dos amiguinhos dos meus amigos simplesmente desviando recursos, não fazendo o uso adequado dos recursos, conforme deveriam ser aplicados.

O Hospital Riverside, o mesmo que eu tentei fiscalizar, e vai ser agora, em breve, reinaugurado, despeja esgoto com resíduos contaminados no rio Joanes, que abastece Lauro de Freitas e região. Um absurdo esse descaso com a saúde pública que só foi revelado por conta da minha tentativa de investigação lá dentro do hospital.

Da mesma forma, com a minha entrada no hospital, foi verificada e comprovada a ausência de um alvará de fiscalização do Corpo de Bombeiros para o seu funcionamento. Imagine se tem um incêndio nesses hospitais de campanha. Nenhum deles tem alvará do Corpo de Bombeiros para funcionar, nenhum deles obedece às regras estabelecidas pelo decreto, pela lei que foi aprovada por esta Casa, a Lei de Prevenção e Combate a Incêndios.

Quer dizer, nós permitimos que sejamos tratados dessa forma, que um deputado estadual não possa fiscalizar as ações do Poder Executivo? Nenhum parlamentar saiu em defesa deste nobre parlamentar que tentou exercer o seu papel de fiscalizar. Nenhuma nota da Assembleia Legislativa em defesa dos parlamentares que estão buscando a verdade. Então é preciso rever isso, Sr. Presidente. É preciso!

Com R\$ 1,5 bilhão mais os R\$ 500 milhões que foram aprovados na semana passada para o empréstimo da Embasa, se a saúde fosse prioridade, se a vida fosse prioridade, seria possível, Sr. Presidente... o governador poderia adquirir sabe quantas vacinas? Seriam 34 milhões de doses de vacinas. O governador resolveria o problema

das vacinas aqui na Bahia. Mas não será nem necessário porque o governo federal já comprou mais de 500 milhões de doses, que serão distribuídas agora, paulatinamente. É preciso responsabilidade com os recursos públicos, Sr. Presidente.

Da mesma forma, agora, depois de meses de tentativas de inclusão dos profissionais da segurança pública na prioridade da vacinação, e ao contrário do que a minha amiga deputada Fabíola Mansur disse na última sessão, não é culpa do governo federal, não. Não é culpa de Jair Messias Bolsonaro, não, porque na edição do Plano Nacional de Imunização lá naquela época, quando ele foi estabelecido, já se previa que essas categorias seriam priorizadas nos seus respectivos estados e municípios.

Não há que se falar em pedir autorização ao Ministério da Saúde, pedir autorização ao presidente Bolsonaro, já estava estabelecida a prioridade desses profissionais. Da mesma forma, ainda que não tivesse a prioridade por conta do Plano Nacional de Imunização, eu, desde 2019, apresentei a esta Casa dois projetos de lei, um em 2019 e um em 2020, precisamente dois projetos: o primeiro, em 2019, o Projeto nº 23.408, que foi apresentado no dia 21/8/2019; e o segundo, no ano passado, no dia 1º de abril, os dois projetos com o mesmo teor, solicitando ao estado a inclusão dos agentes da segurança pública, dos guardas civis municipais, dos agentes prisionais, dos agentes de trânsito e de todos aqueles que diretamente estão ligados à prevenção, e ao combate à violência, e também à pandemia.

Então, é isso que nós exigimos, Sr. Presidente, respeito e transparência nas informações.

Foi apresentado no dia 9 de março, agora, recentemente, em uma apresentação do secretário Fábio Vilas-Boas, o número de leitos de UTI Covid-19 aqui na Bahia, e pasmem, eu tomei um susto! Mesmo com R\$ 67 bilhões, mesmo com as nossas emendas parlamentares que foram destinadas exclusivamente para o combate à Covid, foi apresentado pelo secretário, simples, que no dia 15/11/2020, na Bahia, havia cerca de 823 leitos específicos de UTI Covid; agora, no dia 28/2/2021, havia apenas 1.175; acabei de atualizar aqui com jornais publicados recentemente, são aproximadamente 1.400 leitos de Covid.

Quer dizer, R\$ 67 bilhões e não sei quantos milhões de emendas parlamentares dos deputados estaduais só foram suficientes para aumentar 400, 500 e poucos leitos para a UTI Covid? Isso é uma vergonha! Um estado com 15 milhões de habitantes ter apenas, nesse caso específico, depois de tantos recursos investidos, tantos bilhões investidos, uma quantidade de leitos pífia, absurda.

É necessário, sim, que a Assembleia Legislativa reabra os seus trabalhos, abra as atividades, para que nós possamos, sim, apurar esses desvios e irregularidades. No Rio de Janeiro, o governador Witzel, por muito menos, está sofrendo o processo de impeachment, então é preciso que esta Casa acorde e cumpra com o seu dever, com o seu papel, que é fiscalizar o Poder Executivo, Sr. Presidente.

Fica aqui o meu repúdio, fica aqui o meu pedido para que, com os demais deputados, possamos mostrar a verdade, mostrar ao povo brasileiro, ao povo baiano que esse desgoverno agiu com total falta de competência, total falta de transparência, e é isso que nós queremos, somente a verdade, Sr. Presidente. Por isso, vou votar contra

esse projeto, não é fácil, principalmente por todos esses fatores, pela falta de transparência.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Paulo Rangel, acho que o presidente está dando uma entrevista. Acho...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só um segundo, deputado Rosemberg, eu vou entrar.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco. (Silêncio)

Deputado Soldado Prisco. (Silêncio)

Não se encontra.

Deputado Pedro Tavares. (Silêncio)

Deputado Pedro Tavares, 20 minutos. (Silêncio)

Abra o microfone, deputado. (Silêncio)

Deputado Pedro!

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Estou aqui, está aberto o microfone.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São 20 minutos, deputado Pedro.

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Primeiro, cumprimentar todos os deputados e deputadas e dizer, como presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa, que não poderia deixar de me manifestar em relação a esse projeto no dia de hoje. Um projeto importante, eu sempre fui a favor de levar desenvolvimento para o estado, sempre fui a favor de que o estado tenha uma infraestrutura de qualidade, que o estado tenha estradas importantes, sempre fui a favor disso tudo, mas sempre fui a favor da transparência.

É mais um projeto de empréstimo num valor vultuoso, valor muito grande, de R\$ 1,5 bilhão, que entra nesta Casa sem a menor discussão, sem passar pelas comissões. A Comissão de Infraestrutura, que é uma comissão importante, uma comissão que tem tudo a ver com esse projeto... não foi discutido na comissão. Então como é que a gente pode aprovar um projeto de tamanha magnitude, um projeto de R\$ 1,5 bilhão, se não sabemos onde vão ser investidos esses recursos?

Confesso a todos vocês que a minha vontade era a de votar a favor desse projeto se ele tivesse a devida transparência, assim como a Oposição votou no projeto da Embasa, porque ali houve transparência, ali foi mostrado em que seria investido o recurso. Aí eu queria pedir ao deputado Rosemberg Pinto, como foi pedido pelo nobre amigo Tiago Correia, que a gente retire o projeto de discussão hoje para que a gente possa discuti-lo novamente. E quero fazer aqui o compromisso: se tiver lá, de forma transparente, em que vão ser investidos os recursos, estará aqui o meu voto, com todo o prazer. Eu faço oposição ao governo do estado, mas faço uma oposição construtiva, faço uma oposição sempre pensando no melhor para a Bahia.

Quero dizer que, se estivesse aqui nesse projeto a estrada que liga o município de Mairi ao distrito de Angico, um distrito importante, são 18 quilômetros, um sonho da população, ele contaria, sim, com o meu voto.

Quero dizer que, se estivesse aqui nesse projeto, contemplado, o asfaltamento da BA-370, que liga o entroncamento do município de Central ao município de Jussara, uma estrada importantíssima para o estado, é uma estrada importantíssima para essa região, que vai diminuir o tempo de viagem, a distância, interligando de forma mais rápida, mais justa essas duas cidades, ele contaria com o meu voto.

Quero dizer que, se estivesse nele a estrada que liga Pindaí ao distrito de Guirapá, são 18 quilômetros, uma estrada importantíssima, Guirapá é um polo de energia eólica do nosso estado, é um distrito que cresceu muito com a instalação de torres de energia eólica, então ele contaria, sim, com nosso voto. Contaria, sim, com o nosso apoio.

Se estivesse no projeto a BA que liga, o pequeno trecho que liga, São Félix a Muritiba, tão importante, duas cidades históricas, cidades importantes, um trecho de 3 quilômetros da BA-502, ele contaria com o meu apoio.

Se a BA-263, ali do entroncamento da 116 até o município de Condeúba, que depois das chuvas está totalmente esburacada, estivesse, sim, contemplada, teria o meu apoio.

Se a estrada que liga Maiquinique a Itapetinga, que está totalmente esburacada, estivesse, teria, sim, o meu apoio. Mas como posso votar em um projeto que eu não vejo, que eu não sei em que será investido, um verdadeiro cheque em branco?

Então eu queria pedir aqui ao líder Rosemberg, que sempre teve uma tranquilidade, sempre exerceu com equilíbrio a sua liderança, que a gente possa discutir. Esta é a Casa da discussão, ninguém se furta aqui a votar nos projetos que são bons para a Bahia. Está aí, foi mostrado, semana passada, o empréstimo da Embasa, nós votamos a favor com muita tranquilidade, com muita convicção do que estávamos votando.

Deixo aqui essas considerações como presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, esse projeto tinha que ser debatido na nossa comissão, esse projeto tinha que ser debatido, detalhado, para que a Oposição, o Governo e a Casa conhecessem o teor dele.

Deixo aqui, mais uma vez, a minha manifestação contra a forma como está sendo votado esse projeto, mais um cheque em branco dado ao governo do estado. É um cheque em branco pode, sim, servir à Bahia, pode, sim, levar infraestrutura, mas desde que nós saibamos para onde está sendo levada essa infraestrutura, quais são os municípios contemplados.

Eu vejo que vai ter agora uma estrada que é importante, que liga Érico Cardoso a Paramirim, vai ser contemplada, fora outros projetos, tem o meu aplauso, tem o meu apoio, como sempre fiz na política. A estrada da região do nosso presidente Adolfo Menezes, a BA-131, que eu sempre cobrei, fui o deputado que mais cobrou, fui o primeiro a fazer indicação, fui o primeiro a fazer pronunciamento, fui o primeiro a me manifestar pelas péssimas condições, está sendo feita, e eu vou aplaudir porque eu quero o bem do nosso estado. Agora, eu não posso concordar em dar R\$ 1,5 bilhão de

empréstimo a quem não tem a mínima transparência, a gente não sabe para onde vão esses recursos.

Essas eram as minhas considerações em relação a esse projeto, mas eu ouvi também o deputado Tiago Correia, o deputado Paulo Câmara falarem sobre o anúncio do governo do estado em relação a medidas de amparo ao setor empresarial. Acho que é importante ter essas medidas desde que elas cheguem, efetivamente, ao empresário, que precisa demais, está todo mundo sofrendo com essa pandemia.

Mas queria também colocar em pauta nesta Casa a discussão sobre um setor que tem sofrido muito, um setor que precisa também da ajuda do governo do estado, que é o setor de eventos. O primeiro setor a paralisar as suas atividades infelizmente será o último setor a voltar às suas atividades. Esse setor, que emprega muita gente, que leva alegria para a Bahia, para o Brasil, está passando por sérias dificuldades. Os seus profissionais estão há 1 ano sem trabalhar, há 1 ano sem poder levar o ganha-pão para a sua casa. E eu conheço, tenho proximidade com muita gente que vive desse setor, do setor de eventos, e eles estão passando por sérias dificuldades.

Conheço, sim, a realidade do setor de eventos. Eu fui produtor musical, eu fui produtor de eventos, com muito orgulho, na minha adolescência e sei o que é a complexidade de você estar no dia a dia nas estradas, nos aeroportos, fazendo show numa cidade, em outra cidade, em datas importantes: no Natal, no seu aniversário não estar junto com sua família... Eu sei o que é a complexidade da organização de um show, eu sei o que é que move as pessoas que estão ali trabalhando. É toda uma cadeia que está parada e que precisa da ajuda do governo do estado.

Então, eu queria aqui me sentar com esta Casa, dialogar com a Casa e com o governo para que a gente possa se sentar com esse setor, para que esse setor possa se sentar com o governo e o governo possa achar, juntamente com ele, alternativas para minimizar os impactos nefastos sobre a vida de cada um.

Ali tem pessoas, como eu disse, que levam alegria para multidões, para pequenas plateias, todos estão levando alegria... (Interferência na conexão.) que fazem o seu trabalho, governador, têm famílias por trás, precisam levar o seu sustento, têm suas contas para pagar, e isso não está acontecendo.

Então, eu deixo aqui também essa indicação para que o governo do estado se sente com o setor de eventos para que possa criar medidas de amparo a esse setor tão importante para economia, esse setor que leva muito mais do que alegria, leva emprego, leva, sim, renda para o nosso estado. Então, deixo aqui também essa indicação.

Para terminar, mais uma vez falar para o deputado Rosemberg Pinto, líder do Governo, para todo o governo, que tenha essa concepção de valorizar o Parlamento, e que a gente possa discutir esse projeto importante, mas discutir esse projeto importante nas comissões, para que a gente possa detalhar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Pedro!...

**O Sr. PEDRO TAVARES:** (...) quais são as entradas que precisam, quais são...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Pedro!

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Pois não.



O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Eu vou interrompê-lo, depois V. Ex.<sup>a</sup> volta a concluir a sua discussão, porque tem aqui um requerimento que eu preciso ler:

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

*Requeiro, nos termos do Art. 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias...”*

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou concluir.

(Lê) *“(...) constantes na Ordem do Dia.*

*Sala das Sessões, 18 de março de 2021.*

*Deputado Rosemberg Lula Pinto*

*Líder da Maioria.”*

Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, baseado no Regimento, eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> um quorum de votação para a votação do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg com a palavra.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Queria pedir a atenção de todos os deputados e deputadas que, por alguma motivação, tenham se deslocado da sala para que retornem, uma vez que há um pedido de verificação de quorum proposto pelo deputado Sandro Régis.

Nós estamos pedindo essa verificação de quorum exatamente para dar a oportunidade a todos os deputados que estão inscritos de falarem, entendeu? Porque tem vários que estão inscritos aí, aliás, todos eles... Deputado Sandro, quero até pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que concorde, até porque todos que estão para falar são do Bloco da Oposição. Se nós não prorrogarmos a sessão, não vai dar tempo de eles falarem, certo? Então, eu faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que concorde, porque nós estamos adotando uma medida justa para atender os deputados da Oposição que estão inscritos para falarem. O presidente, como é um homem extremamente democrata, não quer diminuir o tempo de ninguém, até porque regimentalmente não poderia.

Então, o que nós estamos pedindo é que o deputado atenda os diversos deputados que estão inscritos para encaminhar... Nesse sentido, Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes na sala, que V. Ex.<sup>a</sup> possa também atender fazer solicitação e marcar o tempo de 25 minutos, para que a gente possa aferir a quantidade de parlamentares na sala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg. V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Já marquei o tempo aqui, 25 minutos.

Srs. Deputados, abram os microfones. Um minuto para Ernâni abrir os microfones. Todos podem abrir o microfone.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Sempre presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan Castro.

Deputado Alan Castro!

Deputado Alex da Piatã.

Deputado Alex da Piatã!

Eu vou passando aqui, depois eu retorno.

Deputado Alex Lima.

Deputado Alex Lima!

Deputado Angelo Almeida

O Sr. Angelo Almeida: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Presente, presidente. Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Alex Lima: Alex Lima presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alex Lima presente.

Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Dal.

Rosemberg, o seu microfone está aberto.

O microfone está aberto para todo mundo.

Deputado Diego Coronel.

Diego Coronel!

O Sr. Diego Coronel: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Eduardo Alencar.

Deputado Eduardo Alencar!

Está fechado o microfone?

Deputado Eduardo, o seu microfone está fechado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, presidente.

Eduardo presente?

O Sr. Eduardo Salles: Presente.

O Sr. Alex da Piatã: Deputado Alex da Piatã presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alex da Piatã presente.

O Sr. Alex Lima: Alex Lima também, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já registrei.

Deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eduardo Salles presente.

Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Deputado Euclides Fernandes presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Euclides presente.

Deputada Fabíola Mansur.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sempre presente.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Sempre presente, presidente.

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão: Presente, Sr. Presidente. Deputado Fabrício presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Fabrício presente.

Fátima Nunes.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes Lula: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ivana Bastos.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jurandy Oliveira.

O Sr. Jurandy Oliveira: Presente, presidente Adolfo.

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, registre a minha presença. Deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jusmari Oliveira.

A Sr.<sup>a</sup> Jusmari Oliveira: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Jurandy e Jusmari Oliveira presentes.

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, registre a minha presença. Deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Hilton Coelho presente?

O Sr. Hilton Coelho: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton Coelho presente.

Onde é que está o Hilton aqui? Presente.

Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marcelo Veiga.

O Sr. Marcelinho Veiga: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Maria del Carmen.

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Presente.

Mirela Macedo.

A Sr.<sup>a</sup> Mirela Macedo: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Neusa Cadore.

Deputada Neusa!

Niltinho.

O Sr. Niltinho: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Niltinho presente.

Deputada Neusa!

Olívia Santana.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Neusa.

A Sr.<sup>a</sup> Neusa Lula Cadore: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Osni. Deputado Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pastor Isidório.

O Sr. Pastor Isidório Filho: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Paulo Rangel.

Deputado Paulo Rangel!

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Paulo Rangel presente.

Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> não está mandando apagar a luz mais não, não é?

O Sr. Roberto Carlos: (Risos.) Eu só dou é luz.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinho.

Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg presente.

Deputado Sandro, já temos número suficiente. V. Ex.<sup>a</sup> está corrigindo?

O Sr. Sandro Régis: O.K.

Registre só os votos contrários dos deputados da Oposição, por favor, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Capitão Alden, Carlos Geilson, David Rios, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton, Kátia Oliveira, Laerte, Luciano, Pedro Tavares, Paulo Câmara, Soldado Prisco, Talita, Tiago Correia, Tom Araujo e Tum.

Bom, esses são os votos da Oposição.

O Sr. Sandro Régis: O meu, Sr. Presidente, Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro Régis. Desculpe-me, deputado Sandro.

Então, em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para continuar, o deputado Pedro, para concluir, por ter sido interrompido. Desculpe-me, deputado Pedro.

Está voltando o som para V. Ex.<sup>a</sup>, deputado Pedro Tavares.

Deputado Pedro, V. Ex.<sup>a</sup> tem 8 minutos para concluir.

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Não está... Está me ouvindo, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Oito minutos para concluir, deputado.

**O Sr. PEDRO TAVARES:** Então, só para concluir.

Chamar todos os deputados, conclamar todos os deputados desta Casa a que abracem esta causa, abracem esta bandeira. Vamos lutar para amparar o setor de eventos que, como eu disse, foi o primeiro setor a parar e, com certeza, será o último a voltar às suas atividades.

Há mais de 1 ano que não fazem shows, que não realizam atividades.

Está passando por sérias necessidades e precisa, sim, ser amparado, precisa, sim, que o governo do estado veja uma fórmula, veja como pode amparar esse setor tão importante, que leva alegria, que leva entretenimento, que leva emprego, que movimenta a renda dos baianos.

Era só isso, Sr. Deputado. Eu conto com a luta de todos os deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir, o deputado Josafá.

Deputado Josafá!

Conseguiu?

Deputado Josafá, me ouve?

**O Sr. JOSAFÁ MARINHO:** Agora, sim, pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode iniciar, deputado.

**O Sr. JOSAFÁ MARINHO:** Sr. Presidente, Adolfo Menezes, Srs. Deputados e Deputadas, primeiro, quero me solidarizar com várias, milhares de famílias que estão num momento de luto, um momento pelo qual a gente passa, um momento em que não há explicação. A dor é muito grande para milhares de famílias.

O problema é que a gente participa diretamente, porque a cobrança, principalmente como parlamentar... como todos que estão me escutando, que estão me ouvindo, assim como os nossos telespectadores, e também os internautas, cada um tem alguém na sua família com algum problema, e isso foi externado.

Então, este é o momento de se solidarizar com essas famílias, rogando a Deus, orando a Deus, como fazemos todos os dias, porque a Ele cabe neste momento o julgamento, cabe entrar com providências nas vidas das pessoas.

Nós sabemos que tudo tem uma determinação por Deus. Se Ele fizer e se Ele não fizer, Ele também é Deus. Portanto, é o único a quem temos que nos render, com tudo, com toda a nossa gratidão e com tudo por que estamos passando. Mas a Ele a honra e a glória.

Mas, Sr. Presidente, falando também, tocando neste assunto, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, a igreja evangélica... não só a evangélica, também a católica e outros segmentos religiosos têm feito um papel fundamental, têm agido de forma essencial para conter avanços, principalmente no setor da Psicologia, de problemas psicossomáticos neste momento de ansiedade, esse momento que traz muita preocupação, muita angústia.

As igrejas têm sido fundamentais nessa situação. Por isso que, aqui, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, eu falo com toda veemência – também por ser uma pessoa temente a Deus. Acima de tudo, nós temos que temer a um Deus que tudo pode – que as igrejas têm exercido papel essencial.

Na Bahia, por exemplo, as igrejas têm ficado abertas para fazer esse papel de atendimento. E também muitos recebem uma palavra de Deus quando vão às igrejas, não só às igrejas evangélicas, quero deixar claro, mas aquelas que buscam o bem comum, porque placa de igreja não diz nada, o que diz é, justamente, o amor de Cristo pelas pessoas. E a igreja tem feito isso.

Eu tenho acompanhado a igreja participar ativamente da vida das pessoas. Imagine se, hoje, não fosse esse atendimento espiritual! Seria mais catastrófico ainda, porque a situação não é fácil. Não há leitos, poucos leitos. Tenta-se fazer de tudo. Mas é uma doença misteriosa, é uma pandemia sobre a qual ninguém entendeu nada até hoje. Mas só o nosso Deus pode explicar isso. E tudo faz parte também do que Deus tem na terra, os propósitos e tudo que ele tem feito. Tudo tem um propósito determinado por Deus.

Portanto, Sr. Presidente, chamar a atenção do governador para que continuem, sim, as igrejas a funcionar dentro dos parâmetros de segurança, dentro de tudo aquilo que os órgãos de saúde possam... Claro, as igrejas têm que obedecer – e isso eu já digo, nós temos que obedecer, sim. Mas na Bahia, graças a Deus, está funcionando muito bem.

Sr. Presidente, uma preocupação que eu tenho referente a esse empréstimo de R\$ 1,5 bilhão é uma questão só, como eu fiz na votação da Embasa, uma questão apenas de responsabilidade parlamentar, porque, hoje, nós, como fiscais do governo, nós estamos fiscalizando as ações do governo ou fiscalizando, mesmo, as nossas próprias ações. Nós temos de ter responsabilidade em um empréstimo tão alto e temos de saber como é que a gente vai explicar isso para a nossa sociedade.

Veja bem, eu fiz algumas pontuações. No empréstimo da Embasa, quando solicitei vista eu queria saber onde seria empregado aquele investimento. Depois de estar com o governador eu tive noção de que a minha região seria, sim, contemplada, a exemplo da promessa da água da adutora de Anagé para Presidente Jânio Quadros, uma luta que desde que assumi... Desde que tomei posse eu venho fazendo várias reuniões – e só com o governador eu estive duas vezes – justamente para a gente ter do governo essa garantia. E lá foi dada essa garantia.

Eu fiz o encaminhamento favorável à aplicação, ao empréstimo de R\$ 500 milhões com a garantia da obra dessa adutora tão importante para a minha cidade, Presidente Jânio Quadros, e também para a cidade vizinha, Maetinga. Por isso, aqui, foi uma grande vitória naquele empréstimo.

Claro que a luta ainda está sendo travada, mas nós vamos, com certeza, lutar para que a obra saia do papel e vá para a realidade.

Mas, em relação a esse empréstimo, eu tenho algumas dúvidas, justamente porque eu não consegui entender todo o investimento.

Também eu não consegui entender onde será investido, principalmente quando há uma área tão carente como a área da pesca. Eu fui votado pela classe pesqueira do estado da Bahia e eu preciso que o governo e o nosso...

Agora, faço um apelo ao líder do Governo, meu amigo Rosemberg Pinto: que ele, pelo menos, me passe a informação sobre esse investimento, se está indo algum investimento para a área da pesca. Porque nós temos, hoje, a Bahia Pesca com grande dificuldade de fazer política pública para o pescador artesanal, para a aquicultura. Uma Bahia...

(Interferência na conexão.)

(...) que foi pensada para produzir 80 milhões de alevinos hoje produz, pelas informações que tenho da Secretaria da Agricultura e da própria Bahia Pesca, em torno de 3 milhões, chegando a 8 milhões no máximo.

Então, essa é a nossa dúvida.

Pode até ser que tenha aumentado, mas eu não vejo investimento para essa área tão carente.

O pescador artesanal não tem uma política para que possa fazer o beneficiamento do seu pescado. Os custos para que os filhos dos pescadores possam se profissionalizar... muitos não estão mais indo para a área da pesca porque estão numa situação tão difícil! Não há investimentos, não há olhos do governo para isso.

Eu estive com o governador Rui Costa duas vezes, uma na sua residência, e a outra, na Governadoria, e apresentamos para ele uma proposta de estruturação da pesca

no estado da Bahia. Fizemos um amplo estudo, já que a Bahia é um estado com grande litoral. Nós temos, hoje, um potencial para sermos líder, líder em produção de pescado, a exemplo de Glória, Paulo Afonso, que produzem, hoje, na aquicultura... mas onde fica o pescador artesanal, e onde fica a marisqueira?

Então, nós temos feito várias reuniões nas secretarias para procurar ver como o governo olha o pescador artesanal. E vimos que esse empréstimo seria uma grande oportunidade, uma grande oportunidade para que se fosse investido. Se, de repente, tiver alguma dificuldade, o governo tem grandes técnicos, a Bahia Pesca tem grandes técnicos. É só saber consolidar esse pessoal que eles têm nos setores que eles têm que fazer. É só fazer isso.

Mas, na Bahia, hoje, não há esse investimento, a Bahia não está investindo na pesca.

Então, é essa a minha dúvida.

E eu fiz algumas anotações justamente para questionar um empréstimo de tamanha grandeza. Ele não consegue contemplar uma classe que, hoje... Só no estado da Bahia nós temos mais de 50 mil famílias que poderiam ser atendidas com esse investimento, com esse empréstimo.

Eu fiz, inclusive já apresentei, um projeto de lei para criar um fundo, o fundo de amparo e apoio à pesca artesanal e à piscicultura. Esse projeto já está em tramitação nesta Casa.

Mas eu não consigo ver até hoje, por exemplo, um telefonema do governo, dizendo: “Esse é importante, vamos pegar aqui uma parte, já que está indo também para o fundo...” De repente, foi informado que pode ir para o Fundo da Ponte.

Porque que não vai para o fundo, com a gente aprovando esse fundo de amparo ao pescador, que contemplará a marisqueira, contemplará a pesca, não só a pesca artesanal, mas também a industrial, porque faz parte, tem um *link*... Por que não se faz isso dentro dessa camada, dentro desse pessoal, dessa classe que necessita?

Dentro da política pública para a pesca artesanal, por que não há esse investimento? É isso que eu questiono. Essa seria uma grande oportunidade que o governo teria.

E eu estou falando aqui, neste momento, para até mesmo ter a independência – eu, particularmente. Quem está falando aqui é deputado Josafá – de votar “sim” ou “não”. Mas eu não posso, pela minha responsabilidade, pela minha consciência, votar sem saber onde será aplicado, principalmente porque não vi nada de aplicação no segmento pesqueiro.

A Bahiapescas está capengando. Inclusive, o governador até já mencionou colocar uma proposta para privatizar. Mas até agora está tentando, aos trancos e barrancos, encaminhá-la, funcionando com emendas parlamentares para ver se anda, para ver se produz.

Então esse será o meu questionamento.

Eu tenho alguns questionamentos. Eu acredito que, por questões de transparência, nós temos essa responsabilidade: saber onde será investido.



Por exemplo, nós temos uma estrada importante, que liga Itanagra a Mata de São João. Saindo da sede, vai passar pelo JK, Pedra do Salgado, vai ligar, inclusive, o litoral. Mas não vejo mencionar que esse investimento, que esse empréstimo vá para a construção dessa estrada. Já tive várias reuniões, também, para tratar disso, inclusive uma reunião com o secretário Marcus Cavalcanti.

Então, eu vejo algumas pendências que só por uma questão... Tenho até um bom relacionamento, hoje, com o governo, não tenho problema nenhum.

Estamos tratando aqui de um assunto apenas de transparência. Apenas isso. Apenas de transparência. Assim como fizemos com a Embasa, e fui convencido. Eu solicitei vista por minha conta, para analisar se realmente seria investido. E, aí, tive a certeza de que nós vamos ter obras, pela Embasa, que vão contemplar as nossas regiões.

Então, eu vejo com muito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

**O Sr. JOSAFÁ MARINHO:** Para concluir, Sr. Presidente.

Então, eu vejo só esse tipo de preocupação. Eu tenho só esse tipo de preocupação.

Então, só para concluir, dizer que nós vamos aguardar essa resposta do líder da Oposição, também do Governo. Se tivesse mais tempo, claro, para a gente discutir, seria melhor. Mas eu quero aguardar só essa resposta sobre se há esse investimento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

**O Sr. JOSAFÁ MARINHO:** (...) no segmento pesqueiro das regiões que estou indagando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

**O Sr. JOSAFÁ MARINHO:** Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Sandro Régis.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Um minutinho só, porque vou botar, aqui, o fone, pois estava carregando o celular. Um segundo só.

Sr. Presidente, me escuta?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, eu acho que esta sessão de hoje foi bastante produtiva para o Parlamento e, principalmente, para a sociedade baiana porque estamos votando diversos projetos, até pela questão da dificuldade de mobilização do pessoal para auxiliar a V. Ex.<sup>a</sup> devido à Covid que, realmente, é um problema sério.

Estava, até, lendo aqui que o prefeito de São Paulo acabou de anunciar que morreu a primeira pessoa por falta de condições de atendimento. Imagine você! São

Paulo! Imagine o resto do estado!

Mas, Sr. Presidente, o governo Rui Costa, que é o governo da continuidade do governo Jaques Wagner...

Eu pedi para a assessoria da Oposição fazer o levantamento e, em câmbio atual, com esse R\$ 1,5 bilhão, o governo PT vai tomar R\$ 14 bilhões de empréstimo. E sempre é a mesma resposta quando o Parlamento questiona o que vamos fazer com o dinheiro. Eu estou falando, Sr. Presidente, em R\$ 14 bilhões no câmbio de hoje!

E quando a gente pensa que esses R\$ 14 bilhões não foram transformados diretamente em benefícios, numa melhor qualidade de vida para o cidadão ficamos estarecidos, Sr. Presidente!

Eu quero ler, aqui, alguns dados para V. Ex.<sup>a</sup> porque eu tenho muito cuidado, ao fazer levantamentos, de ir buscar a fonte e sua veracidade.

Educação, Ideb e FGV: terceiro pior Ensino Médio do país, segundo o Ideb, empatado com o Rio Grande do Norte. A nota dos baianos é 3,5. Só não foi pior do que a dos estudantes do Amapá e do Pará, com 3,4.

A Bahia foi o único estado brasileiro que não disponibilizou aulas virtuais para os alunos da rede estadual no ano de 2020, segundo relatório da FGV. Teve 3,5 como nota, a terceira pior na avaliação geral; na questão da pandemia, foi nota zero. Não dito pelo deputado Sandro Régis, mas dito pelas fontes que estão pesquisando em todo o estado.

Aí você vai, mas será que só foi na educação? Vamos para a segurança pública. Monitor da Violência do G1: “Segurança: a Bahia registra a maior quantidade de mortes violentas”. O estado registrou 5.276 mortes violentas, em 2020: homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas com morte. Aí eu quero ainda tentar buscar uma luz, onde o PT jogou R\$ 14 bilhões?

E aí nós vamos, Sr. Presidente, para o desemprego, tendo como fonte o IBGE. O levantamento do IBGE aponta o índice de desemprego de 19,8% na Bahia, em 2020; taxa recorde no estado e a maior do país. Ao todo, o estado computou 1 milhão, 270 mil desocupados no ano passado. A média geral nacional foi de 13,5%. Ou seja, Sr. Presidente, a Bahia está muito acima da média nacional de desemprego.

Cadê esses R\$ 14 bilhões que o governo PT pegou na Bahia? Aonde foi parar esse dinheiro? Se nós não temos investimento em educação, se nós não temos investimento em segurança pública, se não fomos capazes de gerar postos de trabalho, se a nossa malha rodoviária é muito boa na propaganda... E esses empréstimos, por uma coincidência divina, sempre chegam às vésperas de uma eleição. Aí fico a me perguntar, deputado Rosemberg Pinto, V. Ex.<sup>a</sup> que tem muita credibilidade na Casa e na atividade política, por quê? Já foram tomados 14 bilhões! E a educação, o emprego, a segurança pública nos envergonham em todo o país.

Os nossos índices são os piores! E todo empréstimo que o governo faz diz que é para investir em educação, infraestrutura, saúde etc. Está investindo em outra coisa, porque os dados não mentem: em educação, não teve investimento nenhum, a Bahia é nota zero; em segurança pública, somos o estado mais violento do país; em desemprego,

o mesmo caminho. Falo aqui em R\$ 14 bilhões! E esta Casa, mais uma vez, se torna uma secretaria de estado para assinar um cheque em branco ao governo.

Lá na frente, quando essa corda pocar, Sr. Presidente, a Assembleia terá gravado todos os nomes dos parlamentares responsáveis por endividar o estado em tal tamanho, sem ter nenhum retorno pessoal.

E agora, com esse R\$ 1,5 bilhão às vésperas da eleição, o governador Rui Costa e o PT já começam a politizar suas atitudes. Quando a Bahia vive o seu pior momento na pandemia, um momento em que estamos chegando, como o próprio governador falou ontem, ao colapso na saúde, ele já começa a fazer campanha política para Jaques Wagner, seu candidato ao governo.

Fica muito claro para a Bahia e para os baianos que, em detrimento de mortes, em detrimento de crise, em detrimento das pessoas, das convicções e dos seus objetivos, o PT será sempre PT. Porque uma coisa, Sr. Presidente, são os deputados estaduais, são os deputados federais, são os militantes do PT ou dos seus partidos aliados lançarem o senador Jaques Wagner como candidato a governador. Outra coisa é o governador, que é quem está pilotando o processo de combate à pandemia em nosso estado.

Qual é a moral que Rui Costa tem agora para falar de Bolsonaro, se começa também a trazer o debate político no momento que chegamos ao colapso da saúde em nosso estado, com os leitos no limite e o número de mortes aumentando na Bahia e no Brasil? O governador que faz discurso de combate à Covid é o mesmo governador que começa a politizar com candidatura ao governo do estado.

Recebi muitas críticas dentro de minha bancada por sempre procurar, como líder da Oposição, ajudar. Agimos assim porque entendemos que este momento de pandemia, que este momento de morte, que este momento de colapso na saúde pública e privada, Sr. Presidente, não é o momento de se fazer embate político.

Temos tido a orientação diária do prefeito da capital, Bruno Reis, e do presidente nacional do nosso partido, ACM Neto, nesse sentido. Mas o governador agora começa a mudar a regra do jogo, e assim nos deixará muito à vontade para também mudarmos, aqui na Assembleia. Porque a partir do momento em que o governador do estado, em vez de se preocupar em salvar a economia, quer emprestar dinheiro a 2% – mais do que muito agiota – para quem produz emprego e renda. O governo tem de centrar seu foco e suas forças para buscar soluções que ajudem a minimizar o sofrimento de nosso povo, para assim sairmos mais rapidamente desta situação. Mas o governador agora se volta para a campanha política do ex-governador e atual senador Jaques Wagner.

Eu não sei se é desespero, porque a avaliação dos baianos mostra que esse projeto fadigou, ou se é – essa é a minha convicção – porque o PT tem um projeto de se eternizar, independentemente de vidas humanas ou qualquer coisa nesse sentido.

Vamos aqui, deputados do Governo, aprender a falar a verdade. Que R\$ 1,5 bilhão é esse? Onde será aplicado esse dinheiro? Eu falo aqui em R\$ 14 bilhões, no câmbio de hoje. Somados os empréstimos contraídos pelo ex-governador Jaques Wagner, esse mesmo que está colocando-se como candidato ao governo, e pelo governador Rui Costa – que já começa a fazer campanha, esquecendo-se da pandemia

–, são R\$ 14 bilhões. Os dois, que já vão chegar a 16 anos de poder, estão alavancando R\$ 14 bilhões de empréstimos para o nosso estado, o que é quase R\$1 bilhão por ano.

Foi para onde esse dinheiro? Nós não temos educação! Não adianta fazer discurso para contraditar, porque contra fatos não há argumentos. A segurança é uma pouca vergonha; somos o campeão do desemprego. A Bahia foi o único estado que não teve, em 2020, aula remota. Tiramos nota 0; não foi 1, não, foi 0. E o Parlamento quer mais uma vez endossar mais R\$ 1,5 bilhão sem saber para onde vai o dinheiro.

Não estou aqui fazendo discurso hipócrita para botar deputado de Governo contra governo, porque nós sabemos que Bancada do Governo é de governo e a Bancada da Oposição é de oposição, mas a Bancada da Oposição já tem 1 ano abrindo mão da sua prerrogativa de oposição para ser solidária à Bahia, para ser solidária aos baianos.

Fomos os primeiros a doar nossas emendas impositivas, só depois veio a Bancada do Governo. Votamos diversos projetos polêmicos mesmo quando o governo fugiu do Plenário. Foi assim quando a Maioria não deu quorum para votarmos a reforma tributária.

A Bancada da Oposição, naquele momento, entendeu que aquela reforma era essencial para a sobrevivência fiscal e econômica. Fomos nós que votamos a reforma tributária do governador Jaques Wagner; se não fossem os votos da Oposição, ela não teria passado.

Nós da Oposição temos legitimidade para fazer esse discurso. Votamos também aquele projeto que a OAB ficou contra. Votamos agora o empréstimo de 500 milhões para a Embasa. Votamos todos os projetos de combate à pandemia sem nem sequer politizar.

Teve projeto que chegou quinta à meia-noite. O líder Rosemberg e o ex-presidente Nelson me ligaram, e nós votamos no outro dia. Votamos num Sábado de Aleluia. Então, essa Oposição pode olhar no olho de cada parlamentar desta Casa, porque fizemos tudo para ajudar a Bahia e os baianos. Abrimos mão do Regimento, votamos diversos projetos com acordos de lideranças. Muitas vezes, com parlamentar de minha base chateado, mas atendendo a um apelo nosso, como líder.

Mas a Casa abrir mão de discutir, nas comissões, a proposta de um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, perfazendo, na era PT – Jaques Wagner e Rui Costa –, R\$ 14 bilhões em empréstimos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, meu amigo Sandro Régis.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Sr. Presidente, quero aqui fazer uma sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>. Tenho direito a mais 10 minutos, para encaminhar. Se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, eu usarei já agora, acabo minha fala e encerra-se a fala da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.<sup>a</sup> ainda quer falar por 10 minutos?

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Quero falar por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não é coisa demais, não?

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Não, Sr. Presidente. Trata-se do pedido para um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, no total de R\$ 14 bilhões, com o estado tendo nota zero

em educação, segurança e economia, realmente é muito pouco o que a Assembleia está fazendo pela Bahia. Isso eu lhe garanto.

Então, Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, eu uso os 10 minutos agora e encerro minha fala já como encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** Então, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que a Bancada da Oposição vai votar contra esse empréstimo não por picuinha, não por fazer oposição por ser Oposição, até porque nós temos consciência da nossa conduta e da contribuição que estamos dando à Bahia e aos baianos.

Muitas vezes fomos até permissivos em relação a diversos projetos que foram votados a toque de caixa, porque entendemos que a política partidária não é prioridade neste momento. Entendemos que a eleição de 2022 não é prioridade. Entendemos, meu presidente e Srs. Deputados, que este é o momento de salvar vidas, é o momento de tirarmos os interesses de 2022 e de procurarmos agir como um Poder – não vou dizer independente, porque não somos, prova disso é a vergonha de votar esse projeto – Legislativo que exerce o seu papel em defesa da Bahia e dos baianos.

Hoje, Sr. Presidente, a Oposição se sente desobrigada de continuar a trabalhar como vinha trabalhando. Quero aqui dizer de público, em alto e bom som – V. Ex.<sup>a</sup> e o líder do Governo sabem que eu jogo limpo, que comigo não tem malandragem nem meia conversa –, que a partir de hoje a Oposição está desobrigada de votar qualquer tipo de projeto, até mesmo os relacionados ao combate à Covid. Nós iremos dispensar as formalidades naqueles projetos que forem discutidos internamente e que a bancada entenda que assim deve ser feito. Porque não há argumento, não há justificativa para, mesmo virtualmente, esse projeto tramitar dessa forma na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Orçamento.

Votamos também a matéria relacionada à ponte, tendo em vista que, de acordo com o calendário chinês, ela não poderia deixar de ser votada. Em nenhum momento pensamos em política, porque a Oposição poderia trancar essa ponte – que, com certeza, vai ser cabo eleitoral do PT – e assim fazer com que ela não acontecesse em tempo hábil. Mas ACM Neto e Bruno, que já era prefeito eleito, pediram que fosse votada. O político passa, mas o que o nosso mandato pode fazer para ajudar a população se eterniza.

E assim eu me sinto muito à vontade, Sr. Presidente, líder Rosemberg, líderes partidários e todo o Parlamento, para dizer que a Oposição, a partir de agora, se sente desobrigada em relação a qualquer tipo de projeto que chegue a esta Casa.

Vocês têm maioria, ajam como maioria, se recusem a debater, usem o rolo compressor. Não tem problema, essa carapuça não cairá na minha bancada; cairá sobre os ombros de vocês. Até porque sinto que o PT já não está mais preocupado, agora só pensa na candidatura do senador Jaques Wagner a governador da Bahia.

Mas as oposições continuarão a respeitar o momento que nós estamos vivendo, continuaremos a respeitar as mortes, a respeitar a dor. Traremos para a pauta da sociedade um projeto de eleição de 2022 quando for conveniente para a Bahia e para

os baianos, porque a nossa preocupação não é o poder pelo poder, a nossa preocupação é contribuir, como nós temos feito, para ajudar a Bahia a sair desta tragédia.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, registrar a V. Ex.<sup>a</sup> que a partir de agora não existe mais nenhum tipo de acordo sem ampla discussão na minha bancada. Da mesma forma, encaminharemos contra esse projeto, tendo em vista que, com esse empréstimo, chegaremos a R\$ 14 bilhões de endividamento. Já entraram R\$ 12,5 bilhões, e o governo não teve a competência de mudar a situação da educação, da segurança pública, do desemprego. E agora, com mais R\$ 1,5 bilhão, ninguém desta Casa sabe onde será aplicado esse recurso. Então, a Bancada da Oposição não será conivente com esse desperdício, não será conivente com essa responsabilidade atribuída àquele que terá de pagar esse empréstimo, ou seja, o povo da Bahia.

Portanto, encaminhamos contra esse empréstimo. E finalizamos a nossa fala, Sr. Presidente, registrando...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:** (...) que a partir de agora acabou qualquer tipo de acordo com o governo do estado.

V. Ex.<sup>as</sup>, que têm a grande maioria, façam o rolo compressor da forma que quiserem, mas não vamos compactuar mais com esse tipo de atitude. Infelizmente, a Presidência de V. Ex.<sup>a</sup> irá começar muito mal, agora, com esse tipo de convivência entre Situação e Oposição.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.  
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho, para discutir.

**O Sr. HILTON COELHO:** O.k., Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, investimentos na infraestrutura na ordem de 1,5 bilhão: sonho ou pesadelo? Essa é a pergunta que eu quero responder junto com todos aqui, nesta Casa, e com as pessoas que estão acompanhando a transmissão da nossa *TV ALBA*, porque é, de fato – tem que ser de fato –, uma pergunta complexa, dado o montante de investimento. Vejam, 1,5 bilhão não é um recursozinho; 1,5 bilhão é um montante que daria para fazer uma revolução na área da educação, na área da saúde, na área da segurança pública.

Enfim, é muito dinheiro. E o que estamos fazendo aqui nesta Casa, hoje, é votar algo etéreo. Não existe nenhuma definição para onde esses recursos vão ser destinados, a não ser a rubrica abstrata de “obras de investimento em infraestrutura”. Isso é muito grave.

Quero voltar a essa questão daqui a pouco, ao finalizar minha fala, Sr. Presidente, mas, antes disso, não poderia deixar de fazer uma consideração muito importante, que tem a ver com a discussão que fazemos hoje.

A PEC emergencial, a chamada PEC do arrocho, a PEC da chantagem, a PEC do desmonte foi aprovada na Câmara Federal. Para nós, é um retrocesso terrível,

porque vai na contramão de todos os países do mundo, que sabem que este não é o momento para ajuste fiscal. Agora é o momento de o governo investir os seus recursos.

Ora, o governo tem, segundo dados oficiais divulgados pela Auditoria Cidadã da Dívida, R\$ 1,3 trilhão de recursos próprios, disponíveis, que poderiam ser destinados para enfrentar a complexidade deste momento. Mas, além desses recursos próprios, o governo também poderia pensar no endividamento, como vários países do mundo estão fazendo, para enfrentar a pandemia, para enfrentar diretamente a problemática das mortes que se alastram pelo mundo, mas que o Brasil se destaca nisso.

Ontem, lamentavelmente, entramos no patamar de uma média diária, nas últimas duas semanas, de mais de 2 mil mortes. Repito, mais de 2 mil mortes, como média, nas últimas duas semanas. Ontem foram registradas 2,7 mil mortes neste país.

Então, Sr. Presidente, a situação é gravíssima. O problema da saúde e da vida precisaria, de maneira imediata, ser enfrentado com investimentos. Não poderia haver essa situação cruel que estamos vendo. Ainda ontem, Sr. Presidente, conversávamos e V. Ex.<sup>a</sup> me falava das preocupações da cidade de Salvador em relação ao oxigênio. Desminta-me se eu estiver falando alguma inverdade aqui, Sr. Presidente. A situação é gravíssima. O momento era para o governo aplicar as suas reservas e, se necessário, se endividar para enfrentar a problemática da saúde da população. Da mesma forma, a crise de sobrevivência das pessoas que estão com dificuldades do ponto de vista econômico.

Mas, além dos fundos que já existem, além das possibilidades de endividamento, procedimento que o mundo todo está fazendo, além disso, o PSOL quer pautar a taxaço das grandes fortunas. Os mega bilionários deste país, que todos reconhecem, a grande imprensa reconhece, ficaram mais ricos no período da pandemia. A pandemia exacerbou não apenas o envio de recursos para fora do país, porque essa é a característica central do Brasil.

Aqui se produz muita riqueza. O Brasil fica, aí, variando, historicamente, entre 6<sup>a</sup> economia. Agora, nós estamos na 12<sup>a</sup> economia do mundo, o que não é pouco. Se nós considerarmos os quase 200 países reconhecidos pela ONU, não é pouca coisa ser a 12<sup>a</sup> economia do mundo. Mas o grosso dos recursos sai deste país. No entanto, o que fica aqui, forja, reforça uma perspectiva de desigualdade social brutal.

Aqui no Brasil, nós temos pouquíssimas famílias que concentram mais de 50% da renda e riqueza deste país e que precisam ser taxadas nesse sentido. O Congresso não pautou isso como... (Interferência na conexão.) (...) e outros partidos de Oposição.

O Congresso foi para cima do desmonte do serviço público, congelando, possivelmente, por cerca de 15 anos, os salários de servidores e servidoras, trabalhadores da área de segurança pública, saúde, educação, Judiciário, enfim, os servidores e as servidoras públicas que, na sua grande maioria, não percebem um salário maior que quatro salários mínimos. Mais de 50% são servidores públicos percebem esse teto de salário mínimo. Não são eles os que concentram renda e riqueza neste país.

Muito pelo contrário, os servidores são os operadores da descentralização da renda e riqueza, à medida em que eles trabalham, em que eles jogam peso, do ponto de vista econômico, para o aquecimento da atividade produtiva deste país.

Os banqueiros são os grandes especuladores, são eles que forjam o maior quadro de desigualdade no mundo, que representa o nosso país.

A PEC Emergencial foi isso: aprovação de uma situação em que, até 2036, nós poderemos ter o congelamento dos salários dos servidores públicos e o aviltamento do salário mínimo, porque acabou de vez com a política de valorização do salário mínimo.

Então, a PEC emergencial é uma espécie de prosseguimento da Emenda Constitucional nº 95, do teto de gastos, para garantia de saudar os compromissos espúrios com o sistema da dívida, que é um sistema da morte, em verdade, ou seja, com a especulação financeira neste país.

E, ao mesmo tempo, trata-se da continuidade da Emenda Constitucional nº 95, e será a abertura do caminho para a PEC nº 32, a da reforma administrativa. Essa, sim, visa a aprofundar de vez a destruição da máquina pública brasileira, retirando, completamente, o componente público do serviço que é prestado à nossa população, porque o grosso dos servidores públicos serão servidores instáveis.

A partir desta reforma administrativa, nós teremos uma minoria, como acontece em várias e pequenas cidades do interior, em que os servidores são nomeados a partir das conveniências do prefeito, dos vereadores e dos esquemas do poder.

Esses servidores servem, muitas vezes, a esses esquemas pela pressão, porque se desobedecerem aos senhores da região, aos senhores dos municípios, esses servidores, simplesmente, vão sumir do serviço público até para poder fazer um bom serviço público. Então, são servidores sem estabilidade. Este é o traço fundamental da chamada reforma administrativa.

E, além desta problemática, a chamada PEC Emergencial, também, abriu espaço de vez para as privatizações, inclusive, aprovando dispositivos que obrigam estados e municípios a fazer privatizações a partir da relação com esses serviços da dívida pública que, como eu disse aqui, é uma dívida marcada pela fraude. Isso já foi provado, internacionalmente, do ponto de vista teórico, como do ponto de vista prático.

Esse foi o caso do Equador, que fez a auditoria cidadã da dívida e provou que 2/3 eram dívidas fraudadas. Assim, os recursos foram redirecionados naquele país. Quanto às áreas de saúde e educação, o Equador revolucionou essas áreas a ponto de, em 2 anos, entrar para a chamada zona livre do analfabetismo, que é a definição que a ONU dá para aquelas regiões, localidades ou países que têm analfabetismo considerado zero ou, pelo menos, absolutamente residual.

Foi o redirecionamento dos recursos que eram gastos com essa dívida ilegal, que tem o mesmo perfil da dívida brasileira, mas que não é auditada, apesar de a Constituição de 1988 definir que deveria ser feita a auditoria da dívida pública brasileira.

Isso não foi implementado em qualquer governo. Agora, eles fazem mais! Eles estão subordinando os Orçamentos da União, dos estados e municípios a esse esquema



de drenagem, que é o capital financeiro. Dentre outras medidas, a aprovação da autonomia do Banco Central é, na verdade, a subordinação do nosso Banco Central à banca do capital especulativo.

Então, este é o conteúdo da chamada PEC nº 186/2019, que foi aprovada, e que nós precisamos discutir também, Sr. Presidente, junto com a PEC nº 32/2020, que é a PEC da famigerada contrarreforma administrativa, que vai destruir a máquina pública e, portanto, destruir a possibilidade da efetivação dos direitos básicos no Brasil.

Eu quero reforçar, Sr. Presidente, porque muitos discursos foram dados em relação a responder à problemática da educação e da saúde e do emprego em nosso país. Mas esses discursos foram proferidos, apenas, por partidos como PSOL, PSB, PT, PDT, PCdoB e Rede que votaram contra essa PEC e que estão se contrapondo à PEC da Reforma Administrativa.

Todos os outros partidos, muitos que discursaram aqui anteriormente, estão comprometidos com este projeto de exclusão e de enfraquecimento da máquina pública, portanto, de negação dos direitos básicos da nossa população e a transformação desse serviço, de fato, em mercadoria.

Não poderíamos deixar de fazer este registro, Sr. Presidente.

Neste momento, então, queremos fazer observações sobre o problema...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

**O Sr. HILTON COELHO:** Sr. Presidente, pelas minhas contas aqui, ainda faltam 8 minutos. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tenho a impressão que o seu relógio está quebrado, deputado Hilton.

**O Sr. HILTON COELHO:** É verdade? Não são 20 minutos de fala, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): São! O seu relógio não está atrasando, não? Sete minutos, deputado Hilton.

**O Sr. HILTON COELHO:** O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queríamos, então, falar, especificamente, sobre a questão do empréstimo de R\$ 1,5 bilhão. Primeiro, Sr. Presidente, nós queríamos fazer a discussão de 1,5 bilhão de empréstimo neste momento dramático em que a Bahia vive, por exemplo, faltando o auxílio emergencial estadual.

O auxílio emergencial estadual está sendo noticiado pelo governador em um montante de R\$ 150,00. Sr. Presidente, R\$ 150,00, hoje, compram um pouco mais do que dois botijões de gás. Hoje, nós temos um governo federal, que é um governo genocida, que aprovou essa PEC, chamada PEC Emergencial, que aprovou um auxílio emergencial que corre o risco de ser menor do que R\$ 250,00, na prática, porque colocou um teto de 44 bilhões.

Nós precisamos, do ponto de vista do estado, dar garantias ao nosso povo para ele ter capacidade de sobreviver, a fim de que o desespero social não tome a nossa Bahia.

E, aí, nós tomamos R\$ 1,5 bilhão para obras de infraestrutura, que são obras abstratas, que podem inclusive estar sendo direcionadas para o famigerado monotrilho, esse transporte de pneus no Subúrbio Ferroviário. Falo, aqui, da minha casa, pois sou morador de Itacaranha, no Subúrbio Ferroviário. Esse transporte pode, simplesmente, aumentar em oito vezes o valor da tarifa, porque a população, hoje, já está pagando oito vezes mais, na medida em que o governo encerrou o funcionamento dos trens sem qualquer necessidade.

Se nós tivéssemos VLT de verdade, se isso fosse VLT, Transporte Leve sobre Trilhos, nós poderíamos ter a dupla bitola de trilhos, viabilizando a reforma estrutural e o funcionamento do nosso trem, que tem, hoje, diversos carros. Há três carros, no mínimo, em perfeita possibilidade de funcionamento guardados na sede da CTB, que não estão servindo à população.

A ideia foi a de sucatear o nosso trem para viabilizar o contrato com os chineses, que vão ganhar milhões e milhões, quiçá, bilhões, desse contrato de Parceria Público Privada, com o governo do estado, e vitimando, também, funções do nosso trem regional, para a gente se contrapor a esta Bahia de tanta desigualdade social, portanto, viabilizando, não apenas em relação ao ponto de vista cultural e ao ponto de vista social, mas também o incremento das atividades econômicas que distribuam renda e riqueza.

Então, é para isso que se quer R\$1,5 bilhão em abstrato, para a infraestrutura?

Nós estamos com auxílio emergencial. Nós queremos também acessibilidade na educação. Não é possível que nós tenhamos, de fato, todos esses números terríveis que nós tivemos, aí, recentemente, pois há 1/3 da nossa juventude fora das escolas. Enquanto isso, o governo permanece com a política de fechamento das escolas.

Nós não podemos ter esta situação e levar à frente um protocolo de volta às aulas que seja uma verdadeira farsa, porque não garante acessibilidade, não garante acessibilidade dos profissionais da educação, porque não dá aporte.

O governo diz que vai mediar um empréstimo do Banco do Brasil para que os professores se endividem cada vez mais. Isso, para nós, é um absurdo quando outros estados estão, de fato, garantindo os recursos para que os professores tenham possibilidade de acessar a aparelhagem, para fazer o mínimo contato com os seus estudantes. Deveria existir uma banda larga que sirva a toda comunidade, à comunidade dos professores, dos estudantes, com um estudo criterioso para viabilizar do ponto de vista material.

Esse discurso do secretário Gerônimo, para nós, não tem a mínima consistência. Os estudantes vão se aglomerar, os profissionais vão se aglomerar nas escolas para utilizar um laboratório de informática todo sucateado, hoje, da rede estadual. Isso não existe, Sr. Presidente! Nós precisamos de um plano sério de acessibilidade, plano sério que exige investimento sério.

Por isso, eu queria R\$ 1,5 bilhão também para isso.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir os exemplos, nós queríamos R\$1,5 bilhão para, neste mês das mulheres, não precisarmos falar, hoje, do desinvestimento feito pelo governo do Estado em relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres na Bahia.

Nós tivemos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, para concluir, por favor.

**O Sr. HILTON COELHO:** Só para concluir, Sr. Presidente, nós tivemos uma alteração do PPA que, por exemplo, reduziu as metas de enfrentamento do programa para combater a violência contra as mulheres nos espaços urbano e rural em 50%, ou seja, diminuiu a meta de ampliação do número de mulheres atendidas pelas ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, desenvolvidas pela unidade móvel de 300 ações para 170 ações. É a diminuição da meta de ampliação das caravanas de prevenção, enfrentamento da violência contra as mulheres, de 17 para 9 caravanas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, para concluir, por favor, deputado.

**O Sr. HILTON COELHO:** Isso, para nós, é um absurdo e precisa ser marcado, pois passa-se a luta internacional das mulheres, o mês da luta internacional das mulheres. Precisa-se saber que houve a retirada de recursos para essas questões relacionadas à violência contra as mulheres num estado em que feminicídio é estratosférico.

Então, por isso tudo, Sr. Presidente, nós votaremos contra este pedido de empréstimo de objetivos abstratos no campo da infraestrutura, já que nós temos tantos objetivos concretos e tão justificáveis que precisariam, também, de empréstimos neste montante de 1,5 bilhão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

**O Sr. HILTON COELHO:** Obrigado, presidente, pela sua tolerância. Obrigado a todos e a todas que nos acompanharam.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

Fechado o microfone, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é muito rápida, até porque eu havia dito a V. Ex.<sup>a</sup> que não iria usar mais o tempo. A minha questão de ordem, primeiro, é para pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que registre os votos dos deputados da Oposição contrários à aprovação do projeto.

E, segundo, eu quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte. Hoje, ficou claro que a nossa sessão virtual bem organizada funciona e funciona muito bem. Começamos a sessão, Sr. Presidente, às 10 horas; já são 2 horas da tarde. Todos que quiseram falar, falaram. A Oposição pôde ter o uso da palavra para fazer obstrução.

Então, eu quero reafirmar a posição correta da Mesa Diretora em manter a sessão de forma virtual. Hoje, ficou comprovado, nesta sessão polêmica, que a sessão virtual atendeu a todas as bancadas.

Então, Sr. Presidente, mesmo num dia triste em que o Parlamento abre mão da prerrogativa dos seus deputados para aprovar 1,5 bilhão de empréstimo, parabênizo, também, V. Ex.<sup>a</sup> por ter tido a sabedoria de manter a sessão virtual e, sempre, estar aperfeiçoando-a para o melhor desempenho dos parlamentares e de toda a Bahia que nos assiste.

Era esta a nossa questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro.

Eu queria informar a todos os deputados que a deputada Ivana Bastos, como presidente da Unale, então, todas as assembleias legislativas, a deputada Ivana tem me mandado, sempre, o relatório do funcionamento das assembleias legislativas de todo o Brasil, ou seja, como estão atualmente. Então, todas as assembleias, em virtude da grave crise que o Brasil atravessa, todas estão funcionando remotamente, como na Bahia.

Então, nós não estamos inventando absolutamente nada. Estamos tomando todos os cuidados para evitar o agravamento mais ainda desta tragédia.

Então, encerrada a discussão do projeto de lei...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para encaminhar...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quero fazer um...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um encaminhamento, deputado Rosemberg? Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Rapidinho, Sr. Presidente, encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer a todos os deputados e deputadas, pelo acompanhamento, desde a reunião com o secretário Manoel Vitória, as dúvidas foram tiradas, o relatório do deputado Marcelino Galo...

Quero, também, agradecer a todos os deputados pela sensibilidade em abrir mão dos tempos partidários, em especial, o deputado Zó e o deputado Fabrício, que haviam pedido anteriormente a mim. Assumi o compromisso de, na próxima sessão, ceder tempo para que eles possam expor suas opiniões sobre diversos temas.

E, por último, respondo a alguns questionamentos, para eles não ficarem sem resposta. Olha, todos nós conhecemos o Orçamento do estado. Somos nós que votamos o Orçamento do estado. É impossível ter gastos extras sem reposição deles. Primeiro, não é real que, no governo do PT, se tomou 14 bilhões de empréstimo. Nós pudemos ter votado a perspectiva de o estado poder trazer esses recursos, ou seja, não se conseguiu concretizar esses empréstimos.

Quero, até por questões de justiça, dizer que, desde o último governo, desde o último ano do governador Paulo Souto até este ano, a Bahia é um dos estados com o menor nível de endividamento do Brasil, tendo capacidade de tomar empréstimo mais vultoso do que este que estamos falando.

O governador acabou de anunciar 3 meses sem cobrar água para a comunidade mais carente. E um investimento de 421 milhões, com uma renda de R\$ 150,00, deputado Hilton, pode não ser importante para nós, deputados. Mas para quem não está tomando café de manhã, não está almoçando e não está jantando, R\$ 150,00 fazem uma diferença significativa. Esta ajuda atenderá a 257 mil famílias. Um vale-alimentação de R\$ 55,00 para os estudantes...

(Interferência na conexão.)

(...) o Mais Estudo ampliou para 52 mil estudantes que vão levar mais R\$ 100,00 para dentro de casa. Vejam só, isso aí perfaz 421 milhões.

Deputado Eduardo Salles, V. Ex.<sup>a</sup>, sempre, cobrou isso. Deputado Tiago Correia, o governo vai suspender o recolhimento de ICMS durante os meses de março e abril de todos os segmentos que não foram considerados essenciais para dar uma sobrevida a essa população. Está, neste momento, o Diogo Medrado discutindo para verificar de que maneira tenta buscar uma minimização dos problemas com a área de entretenimento.

Ou seja, eu estou dizendo que quanto a este empréstimo, nós já estamos gastando antes e estamos tirando de algum lugar. Este empréstimo vai repor o que estamos tirando da área de investimento. E nós não podemos paralisar as obras no estado da Bahia. Essas obras são plurais.

Por último, Sr. Presidente, nós temos de ter muito cuidado. Acabou de falecer um ex-governador de Goiás, e não foi por falta de condição financeira para estar internado, é porque não teve condição de se internar. Ele ficou 3 dias aguardando uma vaga na UPA do estado, e não teve condição.

Por isso, eu quero dizer a cada um, dizer ao companheiro Sandro o seguinte. Sandro, eu reconheço o papel da Oposição nesta caminhada. Acho que temos que continuar fazendo um trabalho importante de integração para votar projetos que venham diminuir a pandemia, venham impactar nesta relação, porque nós estamos vivendo um momento muito cruel para a sociedade brasileira. Certamente, se nós tivéssemos o apoio do governo federal, nós estaríamos numa situação extremamente diferenciada, já com um número de pessoas em nosso estado com o maior número de vacinas, com o maior número de pessoas imunizadas.

Então eu quero pedir a cada um de vocês, independente dos debates que nós fizemos aqui, para manter a unidade desta Casa em torno deste momento que nós estamos vivendo no combate à pandemia.

Devemos orientar a nossa bancada a votar a favor deste empréstimo. Eu já disse que conversei com o secretário da Fazenda que, assim que for negociado com o Banco do Brasil, isso que os deputados estão falando do plano de trabalho, isso, nós podemos apresentar, depois de negociado com o banco, a aplicabilidade dele, porque isso é condição para fornecer o empréstimo através do agente financeiro.

Então eu queria encaminhar a votação.

Agradeço a todos os deputados e deputadas.

Gostaria de conclamar todos os 63 unidos na luta contra esta pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Encerrada a discussão ao Projeto de Lei nº 24.104/2021.

Em votação no Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição e do deputado Hilton Coelho.

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.104/2021**

**Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências.**

### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, operação de crédito interno no montante de até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), observadas as condições legais em vigor para a contratação de operações de crédito junto à Instituição.

**Parágrafo único** – Os recursos de que trata o caput deste artigo destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental.

**Art. 2º** – Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os art. 157 e a alínea “a” do inciso I e inciso II, ambos do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

**Art. 3º** – Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos relativos ao contrato de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

**Art. 4º** – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

**Art. 5º** – Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Estado mantida em sua agência, a ser

indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Estado, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

**Parágrafo único** – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.549, de 23 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - .....

Parágrafo único – Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada no caput deste artigo destinam-se ao fortalecimento de programas estruturantes, relativos aos esforços para o desenvolvimento da infraestrutura física, social e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público de acordo com as ações previstas no Plano Plurianual para o Estado da Bahia.” (NR)

**Art. 7º** – O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.551, de 23 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - .....

Parágrafo único – Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada no caput deste artigo destinam-se ao financiamento dos investimentos previstos no Projeto do Sistema Viário Integrado do Estado da Bahia.” (NR)

**Art. 8º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2021.

**Deputado Marcelino Galo Lula**  
**Relator**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro Régis, gostaria de nominar os deputados da Oposição?

O Sr. Sandro Régis: Se possível, Sr. Presidente, gostaria de registrar nominalmente os deputados que votaram contrário ao projeto para deixar registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados Alan Sanches, Capitão Alden, Carlos Geilson, David Rios, Hilton Coelho, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araujo, Tum... Desculpa, Tum, não. Só.

Esses são os deputados da Oposição que manifestaram votos contrário ao projeto. Portanto aprovado o Projeto de Lei nº 24.104/2021.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Meus colegas todos, que Deus nos proteja, proteja todos os brasileiros e baianos nesta difícil situação, onde até um ex-governador, com toda condição financeira de ser internado, havia 3 dias esperando vaga, foi transferido e morreu na transferência. É uma situação gravíssima que nós estamos atravessando. Só Deus para nos proteger.

Que Deus abençoe a todos.

Encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*